

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

LISANDRA CASTILHOS MEIRELES

**IMPrensa NEGRA DO RIO GRANDE DO SUL:**

Uma análise da primeira fase do jornal *O Exemplo* (1892-1897)

Porto Alegre

2018

LISANDRA CASTILHOS MEIRELES

**IMPrensa negra do Rio Grande do Sul:**

Uma análise da primeira fase do jornal *O Exemplo* (1892-1897)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharela em Relações Públicas.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Aline do Amaral Garcia Strelow

Porto Alegre

2018

LISANDRA CASTILHOS MEIRELES

**IMPrensa Negra do Rio Grande do Sul:** Uma análise da primeira fase do  
jornal *O Exemplo* (1892-1897)

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Faculdade de Biblioteconomia  
e Comunicação da Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul como requisito parcial  
para a obtenção do grau de Bacharela em  
Relações Públicas.

Aprovado em:  
BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Aline do Amaral Garcia Strelow – UFRGS -Orientadora

---

Prof. Dr. Deivison Moacir Cezar de Campos – ULBRA - Examinador

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Sandra de Fátima Batista de Deus – UFRGS - Examinadora

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Edson e Maria, por todo amor, carinho e compreensão dedicados, por priorizarem a minha educação desde a infância, acreditarem nos meus sonhos e me motivar a conquistá-los. Nada disso seria possível sem vocês, essa conquista é nossa!

Aos meus irmãos pelos anos de dedicação e carinho com a irmã caçula, em especial, à minha irmã Débora pelo cuidado e apoio incondicionais. A toda minha família por ser a base de tudo, minhas referências durante a vida e por estarem sempre ao meu lado.

À professora Aline Strelow por ser uma orientadora excelente e profissional inspiradora. Por aceitar o desafio de construir esse trabalho junto comigo, contribuir com suas reflexões e ponderações valiosas sobre a temática. Por ter compreendido os meus anseios dedicando atenção e cuidados constantes. Ao professor Deivison Campos que viabilizou a construção dessa pesquisa, nos fornecendo as edições que faltavam para a análise.

Ao meu namorado, Bolívar, por me motivar frequentemente, me apoiar sendo compreensível, paciente, cuidadoso e companheiro. Por enfrentar comigo os meses atribulados de desenvolvimento deste trabalho e de sua vida pessoal. A toda a sua família por me acolher com amor e carinho, compreendendo as minhas adversidades, em especial ao seu pai, Gilberto.

Às minhas amigas, mulheres negras que me inspiram diariamente e me fortalecem com sua existência e resistência: Débora, Evellyn, Jaynan, Maria Alice, Marjana e Viviane.

A todos os amigos que conheci na UFRGS e que tornaram essa jornada mais leve e prazerosa. Ao movimento negro estudantil do qual eu participei durante a graduação e aos amigos que fiz. A todos que de algum modo contribuíram para a concretização da minha graduação e me apoiaram nessa caminhada.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul por ter me proporcionado um ensino de qualidade, aos seus educadores, servidores e terceirizados. Mas principalmente ao movimento negro que lutou pela democratização das universidades públicas através das ações afirmativas, elas oportunizam o acesso de negros e pobres.

Agradeço e dedico esse trabalho a minha ancestralidade, homens e mulheres que foram símbolo de resistência durante os anos mais impetuosos deste país.

*Está reservado ao Estado do Rio Grande do Sul um futuro esplendido e dele participaremos como filhos da mesma terra gaúcha. Temos direitos inconcussos adquiridos por nossos antepassados, os quais continuam a ser sustentados por compatriotas contemporâneos. Não precisamos ir longe para abater essa pretensão fútil e adjeta de uma parte da raça branca, não; basta-nos dizer apenas que aqui os nossos têm aguentado o peso das guerras; que, há muito, a história da pátria registra não só que somos valorosos, como também que temos ocupado altos postos na administração suprema do país.*

A Redação, "Em nosso posto", *O Exemplo*, 18 jun. 1893, p. 1.

## RESUMO

O presente trabalho pretende analisar o jornal *O Exemplo*, pioneiro da imprensa negra no Rio Grande do Sul, durante a sua primeira fase de circulação, que compreende o final do século XIX, de 1892 a 1897. O objetivo principal do estudo foi identificar quais e como eram abordadas as questões étnico-raciais na primeira página dos exemplares durante o período mencionado. Os objetivos específicos são: explorar as temáticas mais presentes nas capas das edições organizadas para a pesquisa, identificar o contexto histórico e social de surgimento e circulação do jornal *O Exemplo*, entender como a folha abordava a presença do negro naquele contexto e compreender a linha editorial do jornal. A metodologia utilizada foi a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2010). O *corpus* é constituído por 52 edições correspondentes a primeira fase de circulação d'*O Exemplo*, entre 1892 e 1897. A análise quantitativa contemplou as categorias dos conteúdos que, posteriormente, foram analisados qualitativamente. Percebeu-se que as questões étnico-raciais estiveram presentes nas edições, os textos forneceram indícios da vida do negro na Porto Alegre do século XIX - vivendo incontáveis situações de discriminação racial. Através das páginas d'*O Exemplo* os negros eram protagonistas, estavam no meio social e tinham representatividade.

**Palavras-chave:** História da Imprensa no Rio Grande do Sul. *O Exemplo*. Imprensa negra. Étnico-raciais.

## ABSTRACT

The present paper intends to analyze the newspaper *The Example* during its first phase of circulation, which comprises the end of the nineteenth century, from 1892 to 1897. The main objective of the study was to identify what and how ethnic-racial issues were addressed on the front page during the period mentioned. The specific objectives are: to explore the themes present in the covers of the editions organized for the research, to identify the historical and social context of the appearance and circulation of the newspaper *The Example*, to understand how the leaf addressed the presence of the black in that context and to understand the editorial line of the newspaper. The methodology used was the Content Analysis of Laurence Bardin (2010). The corpus consists of 52 editions corresponding to the first phase of circulation of *The Example*, between 1892 and 1897. The quantitative analysis contemplated the categories of contents that were later analyzed qualitatively. It was noticed that ethnic-racial issues were present in the editions, the texts provided evidence of the life of the Negro in Porto Alegre of the nineteenth century - living incontestable situations of racial discrimination. Through the pages of *The Example* the blacks were protagonists, they were in the social environment and had representativity.

**Keywords:** history of the press in Rio Grande do Sul. *The Example*. Black press. ethnic-racial.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cabeçalho do jornal O Homem de Côm .....36	36
Figura 2 - Cabeçalho O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social ....40	40
Figura 3 - Capa Jornal A Voz do Escravo .....42	42
Figura 4 -Primeiro número do jornal <i>O Exemplo</i> .....46	46
Figura 5 - Cabeçalho <i>O Exemplo</i> (11 de dezembro de 1892) .....47	47
Figura 6 - Cabeçalho O Exemplo (12 de março de 1893) .....48	48
Figura 7 - Família Bittencourt .....52	52
Figura 8 - Família Baptista da Silva.....53	53

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gêneros Textuais .....	57
Gráfico 2 - Temas.....	60
Gráfico 3 - Personagens.....	62
Gráfico 4 - Instituições.....	64
Gráfico 5 - Lugares.....	66

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2 ESCRAVIDÃO E ABOLIÇÃO NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL</b> .....	<b>15</b>
2.1 A ÁFRICA NA COLONIZAÇÃO DO BRASIL.....	16
2.2 ESCRAVIZADOS E A ESCRAVIDÃO NO BRASIL .....	17
2.2.1 Lei Feijó.....	19
2.2.2 Lei Eusébio de Queirós .....	20
2.2.3 Lei do Ventre Livre .....	20
2.2.4 Lei do Sexagenário.....	21
2.3 A ABOLIÇÃO QUE “LIBERTOU” OS ESCRAVIZADOS NO BRASIL.....	21
2.4 O NEGRO NO RIO GRANDE DO SUL .....	23
<b>3 A IMPRENSA E A IMPRENSA NEGRA DO BRASIL E DO RIO GRANDE DO SUL</b> .....	<b>29</b>
3.1 A IMPRENSA BRASILEIRA .....	30
3.2 OS PRECURSORES DA IMPRENSA NO RIO GRANDE DO SUL.....	33
3.3 IMPRENSA NEGRA NO BRASIL .....	34
3.4 IMPRENSAS FARROUPILHA, LITERÁRIA E OPERÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL .....	37
3.5 A EXPANSÃO DA IMPRENSA NEGRA BRASILEIRA .....	39
3.6 A IMPRENSA ABOLICIONISTA NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL .....	41
<b>4 ANÁLISE DO JORNAL O EXEMPLO</b> .....	<b>44</b>
4.1 O EXEMPLO .....	44
4.1.1 Páginas do jornal.....	51
4.1.2 Os fundadores .....	51
4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	54
4.3 PRÉ-ANÁLISE.....	55
4.4 EXPLORAÇÃO DO MATERIAL .....	57
4.5 RESULTADOS OBTIDOS E INTERPRETAÇÃO .....	68
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>70</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>72</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A construção desta pesquisa permeia o final do século XIX, no período de pós-abolição no Brasil. Um momento marcado pela luta da população afro-brasileira por reconhecimento à cidadania e participação política e social no País. Afinal, o fim da escravidão, estipulado pela Lei Áurea (13 de maio de 1888), libertou a população negra sem lhe dar nenhuma condição de subsistência.

Durante o período pós-abolicionista, diversos foram os negros intelectuais e militantes que lutaram em um esforço coletivo pela produção e distribuição de conhecimento para combater o racismo e fortalecer as comunidades negras. Diante das desmoralizações da imprensa e a falta de disposição da imprensa operária, da qual pessoas negras também faziam parte, em discutir e divulgar as questões relativas aos negros surge a carência de um espaço de fala, de valorização da população negra e de denúncia do preconceito racial (SANTOS, 2011). Segundo Zubaran (2015), os jornais da imprensa negra no Brasil, nos séculos XIX e XX, foram publicados por negros e “mulatos livres” pertencentes à pequena elite negra das áreas urbanas, para combater o preconceito e lutar pelos seus próprios direitos.

Em face da recorrente invisibilidade histórica das conquistas e do patrimônio cultural da população negra no Brasil, busca-se através desta pesquisa analisar a imprensa negra no Rio Grande do Sul, a partir da exploração do jornal *O Exemplo* (1892-1930), o primeiro impresso da comunidade negra de Porto Alegre (RS). Conforme aponta Zubaran (2016), as coleções do jornal *O Exemplo* são testemunhos de inestimável valor histórico e cultural para preservação e valorização das memórias, das histórias e culturas afro-brasileiras, bem como para a construção de subjetividades e identidades negras.

Em dezembro de 1892, na barbearia *Salão Calisto*<sup>1</sup>, localizada na Rua dos Andradas número 247, nasceu a primeira edição do jornal *O Exemplo*. Como “Propriedade de uma Associação”, segundo os estudos realizados por Liane Muller

---

<sup>1</sup>Barbearia gerida pela família Felizardo de Araújo. Esperidião Calisto Felizardo de Araújo fundou junto a outros jovens membros letrados da comunidade negra da capital o jornal *O Exemplo*. O escritório da redação situava-se em um quarto nos fundos do Salão Calisto, barbearia na qual Esperidião trabalhava com o irmão Florêncio. Também como redator do jornal, Esperidião desempenhou os ofícios de barbeiro e jornalista, posteriormente, tornando-se funcionário público da Junta Comercial de Porto Alegre (NECKEL, 2016).

(2013), estava relacionado à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, pois alguns de seus fundadores foram membros desta Irmandade. A fundação do periódico se deu pela ocorrência de um caso de preconceito e discriminação contra Justino Coelho da Silva, sendo classificado em primeiro lugar em um concurso estadual, foi surpreendido pela anulação do mesmo, sob a alegação de que apesar de suas “notórias aptidões, tinha o grande “defeito” de não ser branca a cor de sua epiderme” (O Exemplo, 02 jan. 1928, p.1). A matéria que denunciava este caso saiu sob o título “o aparecimento d’O Exemplo”, no jornal do dia 2 de janeiro de 1928.

Inicialmente, com tiragem semanal de quatro páginas e que saía aos domingos, o jornal foi criado exclusivamente por negros, mas, posteriormente, aceitava contribuições de brancos, principalmente quando passou a abordar assuntos da classe operária (OLIVEIRA, 2017). Entre os fundadores destacam-se: Arthur de Andrade, Esperidião Calisto, Marcílio Freitas, Aurélio Bittencourt Júnior, Sérgio Bittencourt e Alfredo de Souza. *O Exemplo* era comercializado pelos próprios editores na sede do jornal e através de assinaturas, no entanto, em 1930 suas atividades são encerradas devido a complicações financeiras. Durante todo o período de circulação do jornal, houve interrupções que dividiram a publicação em fases. A primeira fase compreendeu os exemplares publicados entre 1892 e 1897; a segunda refere-se às publicações de 1902 a 1911 e a terceira, de 1916 a 1930 (PERUSSATO, 2018).

A partir do exposto, elucida-se a importância histórica em estudar o periódico para preservação das memórias negras gaúchas e da cultura afro-brasileira, em paralelo com a escassez de pesquisas a respeito do jornal *O Exemplo*. Por isso, o objetivo principal deste estudo é identificar quais e como eram abordadas as questões étnico-raciais na primeira página do jornal estudado, nas edições do final do século XIX, correspondentes à primeira fase do periódico, entre os anos de 1892 a 1897. Os objetivos específicos são: explorar as temáticas mais presentes nas capas das edições organizadas para a pesquisa, identificar o contexto histórico e social de surgimento e circulação do jornal *O Exemplo*, entender como a folha abordava a presença do negro naquele contexto e compreender a linha editorial do jornal.

As edições que compõem o *corpus* deste trabalho foram obtidas através do projeto “O Direito às memórias negras: Preservando o patrimônio afro-brasileiro nas coleções do jornal O Exemplo/RS (1892-1930)”, organizado pela professora de História da Ulbra (Universidade Luterana do Brasil), Maria Angélica Zubaran, e que me foi apresentado pelo Coordenador dos cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas e do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena, também da Ulbra, Deivison Moacir Cezar de Campos. O projeto é composto por um catálogo com as edições digitalizadas de todas as fases do jornal. A análise da primeira fase de circulação d’*O Exemplo* favorece o objetivo central deste estudo, à medida que estas edições apresentam o cerne da linha editorial do jornal e as publicações expressam as demandas para o surgimento do periódico.

Sobre o jornal, foram mapeados os seguintes trabalhos: 1) o estudo de Fernando Henrique Cardoso (1977), *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, que analisa no último capítulo, a primeira fase do jornal *O Exemplo* no século XIX; 2) A dissertação de mestrado de Ana Flávia Magalhães Pinto (2001), *Imprensa Negra no Brasil do Século XIX* (publicada em 2010), com um capítulo sobre *O Exemplo* em sua fase inicial; 3) a monografia da Bruna Eufrazio (2017), *O 13 de Maio de 1888 nas linhas do Jornal O Exemplo (1920-1930)*, que realiza a análise do discurso do jornal durante os anos de 1920 a 1930 no que diz respeito a data do Treze de Maio de 1888; 4) a tese de doutorado de Melina Perussatto (2018), *Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892 – c. 1911)*, que aborda os sujeitos históricos nos primeiros tempos de pós-abolição e República no Brasil, especificamente os homens de cor fundadores d’*O Exemplo*; 5) a dissertação de mestrado em Educação de Cristina Bahia (2016), *Aprendendo a ser negro(a): representações sobre educação/instrução e pedagogias culturais no jornal O Exemplo (1892-1910)*, apresenta uma discussão e problematização das representações atribuídas à educação mapeando como se ensinava a ser negro (a) no periódico; 6) a tese de doutorado de José Antônio dos Santos (2011), *Pioneiros da História: Trajetórias Intelectuais na Imprensa Negra Meridional*, que lança um olhar sobre os jornais da imprensa negra do Rio Grande do Sul, a fim de entender o processo de inserção e mobilidade social dos jornalistas e redatores, denominados por ele como intelectuais negros; 7) a monografia de Bernardo Mattes Caprara (2007), *A resistência dos trabalhadores na primeira*

República através do jornal gaúcho *O Exemplo*, que resgatou a história do jornalismo operário brasileiro na Primeira República através das publicações do jornal *O Exemplo*; 8) os trabalhos de Maria Angélica Zubaran, *identidades Negras no Pós-Abolição* (2006), *O Acervo do Jornal O Exemplo* (2015), *Raça e Gênero na Campanha ao Monumento da Mãe Preta* (2015).

A metodologia utilizada nesta pesquisa será de Análise de Conteúdo à luz de Bardin (2010), constituída, inicialmente, pelo método quantitativo, com base no levantamento inicial dos assuntos mais recorrentes nos 52 jornais da primeira fase d'*O Exemplo* que serão catalogados e, posteriormente, com abordagem qualitativa que buscará o aprofundamento dos dados extraídos, bem como a análise comparativa das categorias. Este estudo será dividido em três capítulos e as considerações finais. O primeiro capítulo apresenta o contexto histórico do século XIX, abordando a escravidão e o processo de abolição no Brasil e no Rio Grande do Sul. O segundo capítulo aborda o surgimento da imprensa brasileira e do Rio Grande do Sul, assim como a imprensa negra e as demais. Já na análise do objeto de estudo será desenvolvido a trajetória do jornal *O Exemplo*. Então, parte-se para as considerações finais deste trabalho.

Como já mencionado, estudar este veículo da imprensa negra do século XIX contribui para a preservação e valorização das memórias negras, bem como, reforça a cooperação desta população para o desenvolvimento social, político e econômico do país e, especialmente, deste estado. O desejo inicial de desenvolver a pesquisa partiu do feliz descobrimento da existência de uma imprensa negra do Rio Grande do Sul e, posteriormente, da leitura das publicações d'*O Exemplo*. O recorte de tempo no material analisado se deu pela disponibilidade das edições e por caracterizarem o lançamento do jornal; o interesse também esteve em abordar o século XIX, visto que na sua segunda metade o país passava por transformações estruturais com o recente fim da escravidão. Além disso, com as pesquisas iniciais a respeito da imprensa negra do Rio Grande do Sul, um jornal nascido na capital tem importância fundamental para a resistência negra do Estado, mas, é pouco aprofundado em estudos acadêmicos, o que resulta na escassez de referências sobre *O Exemplo*.

## 2 ESCRAVIDÃO E ABOLIÇÃO NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL

No século XV, aconteceu a colonização da costa africana - através dela, os portugueses redescobriram o trabalho escravo que desaparecera da Europa na Idade Média, mas que ainda estava presente nas sociedades existentes na África. A história da escravidão no Brasil começa junto com o processo de colonização nestas terras. Por implementação da Coroa Portuguesa, o regime escravista permaneceu por longos anos, especificamente três séculos e meio, deixando de existir legalmente a partir da Lei Áurea, em 1888. A escravidão trata-se de uma forma de trabalho forçado em que as liberdades individuais inexistem (MACHADO, 2014).

Nem por parte da Coroa, nem por parte da Igreja houve qualquer objeção à escravidão do negro, pelo contrário, muitos foram os argumentos que a justificaram. Primeiramente, dizia-se que a escravidão já existia na África, então, seria apenas uma transferência do cativo para o mundo cristão, o que proporcionaria a ele civilização e conhecimento da verdadeira religião. Além disso, o negro era considerado um ser racialmente inferior (PINKSY, 2010). No entanto, os processos de abolição da escravidão iniciam-se muito antes da promulgação da Lei Áurea. Através de lutas abolicionistas de escravizados e da pressão dos ingleses, foram promulgadas as leis antiescravistas.

Para contribuir com a compreensão do posicionamento do jornal *O Exemplo* sobre as questões étnico-raciais, torna-se importante analisar o contexto histórico do período de surgimento do mesmo. Além disso, o periódico foi um instrumento de denúncia do preconceito racial sofrido pela população negra liberta do século XIX, este capítulo será dedicado ao entendimento da história da escravidão e, posteriormente, dos processos de abolição no Brasil e no Rio Grande do Sul.



## 2.1 A ÁFRICA NA COLONIZAÇÃO DO BRASIL

O processo de colonização do Brasil iniciou no século XVI, marcado pela chegada dos portugueses que desbravavam o Novo Mundo<sup>2</sup> e se depararam com as terras brasileiras, habitadas inicialmente apenas pelos indígenas. Com a formação da colônia portuguesa, foi introduzida a escravidão dos africanos - através dela, os europeus desejavam aumentar a exploração das riquezas da região e suprir a deficiência de mão de obra da população indígena nativa, também na condição de escravidão (AMARAL, 2011).

Segundo Albuquerque e Filho (2006), por volta da segunda metade do século XVI, os escravizados indígenas não eram suficientes para o trabalho de corte do pau-brasil, que estava em exploração crescente pelos colonizadores. Muitos dos indígenas habitavam locais distantes da costa, eram realizadas expedições para capturá-los, mas estas saíam caro e consumiam muito tempo dos responsáveis, portanto, a força de trabalho dos mesmos era escassa. Por isso, os indígenas foram substituídos pelos africanos, que começaram a chegar em maior quantidade ao país.

A escravidão no Brasil se deu pelo tráfico transatlântico de pessoas negras e africanas que foram retiradas de forma violenta de suas comunidades e conduzidas para trabalhar em terras distantes (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006). Segundo Amaral (2011), o tráfico de africanos para o Brasil tornou-se um negócio altamente lucrativo para comerciantes de ambos os lados do Atlântico. Sendo, inicialmente, realizado por comerciantes portugueses, que foram substituídos por brasileiros até que, no século XVIII, estes passaram a ter domínio sobre os negócios. O crescimento no tráfico de escravizados se deu pela consolidação da economia colonial, especialmente no Nordeste, onde um tipo de agroindústria se concentrou e floresceu com o cultivo da cana-de-açúcar (MOURA, 1992).

Até a proibição, em 1850, o tráfico transatlântico de africanos fez fortunas no país. Estima-se que, entre os séculos XVI e meados do século XIX, mais de 11 milhões de homens, mulheres e crianças foram transportados para as Américas;

---

<sup>2</sup>O termo originou-se no final do século XV em razão da descoberta da América, por Cristóvão Colombo. Os europeus intitularam o hemisfério ocidental, especificamente o continente americano, como Novo Mundo, em contraste ao Velho Mundo formado pelos continentes europeu, africano e asiático (CORRÊA, 1997).

destes, cerca de 4 milhões desembarcaram nos portos do Brasil (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006).

Conforme aponta Moura (1992), o negro africano e seus descendentes construíram a economia em desenvolvimento do Brasil - através do trabalho dos escravizados o país se manteve ativo economicamente e, por isso, a escravidão perdurou por quase quatro séculos, mas, por outro lado, foram excluídos da divisão dessa riqueza. O autor ainda afirma que não foi apenas esta a contribuição dos africanos para a constituição atual do país - a cultura que aqui se formava foi concebida em grande parte pela cultura do negro africano, que a preservava em meio à opressão do sistema escravista. Além disso, o negro foi o grande povoador do Brasil, conforme afirmação do autor:

O negro nessa fase é o grande povoador, aquele que chega em ondas sucessivas para preencher os vastos espaços geográficos desocupados. Enquanto o Reino vinha para a aventura da colonização pensando em um breve regresso, deixando, muitas vezes, a família em Portugal, o negro africano sabia que a sua viagem era definitiva e que as possibilidades de voltar não existiam (MOURA, 1992, p. 8).

Contudo, é fundamental ressaltar que os povos africanos tiveram um papel ativo na colonização e povoamento do Brasil, também pelo impacto dos seus descendentes, juntamente com a população indígena escravizada.

## 2.2 ESCRAVIZADOS E A ESCRAVIDÃO NO BRASIL

A população africana trazida para o trabalho escravo no Brasil desempenhava diversas atividades; inicialmente, sob a condição de trabalho no litoral, com o corte do pau-brasil e, posteriormente, no engenho de cana-de-açúcar. Depois, os negros foram levados para o interior do território e regiões longínquas para se dedicarem à mineração, à criação de gado, ao cultivo do cacau e, até mesmo, à exploração das “drogas do sertão”. Além do serviço doméstico, desempenhado principalmente pelas mulheres, os africanos trabalhavam em construções civis públicas e comércio de gêneros alimentícios (AMARAL, 2011).

As condições impostas pelos europeus aos africanos sempre foi impiedosa, desde a sua chegada com a instalação dos grandes navios na África, que objetivavam a retirada brutal dos africanos, até o transporte dos mesmos e, para os sobreviventes, a consumação da escravidão na América. Conforme indica Santos

(2013), os navios negreiros eram embarcações que transportavam o comércio de escravos originados do continente africano. Esses navios também eram conhecidos como tumbeiros, devido às péssimas condições de alocação e, por consequência, o altíssimo número de mortes dos negros. Homens, mulheres e crianças, que chegavam a grupos de 300 a 500 indivíduos, eram embarcados nos porões dos tumbeiros para viagens que poderiam durar de 30 a 50 dias (AMARAL, 2011).

Antes do embarque, eles eram marcados a ferro quente no peito ou nas costas com sinais que identificavam a que traficante pertenciam, uma vez que em cada tumbeiro viajavam escravizados pertencentes a diferentes donos. E, por isso, os comerciantes tinham interesse em alojar o maior número possível de escravizados, o que tornava a viagem insuportável. Muitas vezes, esta escolha implicava a diminuição da quantidade de víveres disponíveis para cada um, ou seja, o espaço individual de cada africano tornava-se ainda menor, contribuindo para a péssima condição de vida do mesmo. Aliado a isso, os cativos eram alimentados apenas uma vez por dia e sofriam com a pouca ingestão de água que geralmente provocava disenteria e desidratação. Por isso, podem-se considerar as causas de mortes por escassez de alimentos e água, maus-tratos, superlotação e até mesmo ao terror da experiência vivida, que debilitava física e mentalmente os africanos. Além disso, o tráfico colocava os africanos em contato com doenças desconhecidas por eles e para as quais ainda não haviam criado anticorpos (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006).

Aqueles que sobreviveram às péssimas condições de viagem e chegaram ao Brasil ainda enfrentariam um sistema escravista cruel, descoberto de qualquer tipo de direito, onde suas identidades se perdiam. Segundo Amaral (2011), a condição jurídica dos escravizados seguia a norma do direito romano, que os considerava como "coisa". Esta designação os deixava à mercê dos senhores, que tinham sobre o escravizado o direito de venda ou troca, transformando-os em seus proprietários, como se fossem mercadorias as quais dispunham de acordo com seus interesses. Às mães negras não restava sequer sonhar com a liberdade do filho, pois todo filho de mulher escravizada nascia como escravizado (AMARAL, 2011).

Segundo Moura (1992), as situações em que sobreviviam os escravizados eram precárias, alguns senhores nem comida davam aos seus cativos, estipulando

jornadas de trabalho de quatorze a dezesseis horas, sob a fiscalização de um feitor que não permitia pausa ou descanso e mantinha a escravidão através dos castigos físicos. Não somente as condições de existência e de trabalho eram desumanas, os africanos eram proibidos de praticar religiões de origem africana ou realizar suas festas e rituais, pois deveriam seguir a religião católica, imposta pelos senhores de engenho, e adotar a língua portuguesa na comunicação. Mesmo em meio a essas imposições os escravos não deixavam sua cultura desaparecer, escondidos realizavam suas festas e rituais (SANTOS, 2013).

A resistência dos negros em meio à repressão de sua religiosidade contribuiu para o sincretismo entre as religiões de matriz africana e as religiões já cultuadas no Brasil. As tradições religiosas e os seus rituais trazidos pelos africanos construíram historicamente a formação identitária da população brasileira. Diversas foram as manifestações religiosas praticadas na África que foram ressignificadas no Brasil, como *Xangô* em Pernambuco e Alagoas, *Tambor de Minas* no Maranhão, *Batuque* no Rio Grande do Sul, *Macumba* no Rio de Janeiro e *Candomblé* na Bahia (ORO, 2008).

Os negros também passam a resistir em relação a condição de escravidão, em busca de uma vida digna. Através de revoltas e fugas em grupo, formavam nas florestas os quilombos - espaços organizados como comunidades, nas quais os negros viviam livres nos mesmos moldes de vida existentes na África (SANTOS, 2013). Os negros que desempenhavam outras atividades econômicas que lhes permitia juntar algum dinheiro, com permissão dos seus senhores, conseguiram comprar sua carta de alforria; a carta de alforria era um instrumento jurídico que permitia ao senhor libertar o escravizado, ela se dava de forma paga pelo escravizado ou gratuita. Ao decorrer dos anos de colonização e devido a pressões externas foram estabelecidas leis que antecederam a abolição e visavam conter o tráfico de escravos, chamadas leis antiescravistas:

### 2.2.1 Lei Feijó

Promulgada em 7 de novembro de 1831 está é uma das primeiras Leis surgidas no Brasil, na tentativa de acabar com o tráfico de escravizados. A Lei Feijó estabelecia como proibida a importação de escravos para o Brasil, no entanto, sua

promulgação ocorreu pela pressão que os ingleses estavam fazendo no Brasil, para que houvesse a extinção do tráfico negroiro.

A Inglaterra desejava o fim da escravidão no Brasil - o motivo para tal empenho não foi identificado ao certo; entre as possibilidades estão interesse estritamente econômico, pois a Inglaterra desejava expandir seu mercado consumidor, vender seus produtos para o Brasil, mas a maioria da população brasileira era composta por escravizados que não tinham dinheiro para comprar os produtos; outra possibilidade era o fim da escravidão por motivos humanitários, baseado nos princípios naturais de liberdade; e, por último, a escravidão no Brasil tornava o país líder em produção açucareira, impossibilitando a Inglaterra de competir (CARVALHO, 2012).

Esta Lei nunca saiu realmente do papel, ela serviu para acalmar o ânimo dos ingleses, através dela, inclusive, nasceu a expressão “para inglês ver”. Sua função foi praticamente ignorada por traficantes escravistas, até que fosse promulgada em 1850 a Lei Eusébio de Queirós (CARVALHO, 2012).

### 2.2.2 Lei Eusébio de Queirós

A Lei Eusébio de Queirós proibiu definitivamente o tráfico de escravizados para o Brasil. Aprovada em 4 de setembro de 1850, esta não foi a primeira Lei a proibir o tráfico, mas foi a primeira a surtir efeito sobre a escravidão. Nomeada deste modo por homenagem ao seu autor, Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara, na época ministro, a Lei foi elaborada por ele defendendo o argumento de que muitos fazendeiros estavam endividados com traficantes e que um número muito grande de escravizados poderia abalar a segurança da sociedade. A Lei Eusébio de Queirós abriu caminho para o encerramento da escravidão no Brasil (SANTOS, 2013).

### 2.2.3 Lei do Ventre Livre

A Lei do Ventre Livre foi promulgada em 28 de setembro de 1871, considerando livres todos os filhos de escravizadas nascidos a partir desta data. No entanto, a lei estabelecia que as crianças libertas deveriam permanecer sob a custódia de seus donos até os seus 21 anos, depois desta idade ficariam livres.

Desta forma, elas acabavam servindo como escravas igualmente, sem o benefício real da Lei. A legislação não chegou a beneficiar ninguém, pois em 1888 foi promulgada a Lei Áurea, que traria a liberdade para todos os escravizados (SANTOS, 2013).

#### 2.2.4 Lei do Sexagenário

Promulgada em 28 de setembro de 1885, a Lei do Sexagenário concedia a liberdade aos escravos com mais de 65 anos de idade. Porém, poucos escravos chegavam a essa idade diante das péssimas condições de trabalho que tinham durante a vida, além disso, a expectativa de vida de um escravizado naquele período era de 40 anos. Portanto, esta Lei acaba por beneficiar os proprietários de escravizados, afinal os mesmos poderiam livrar-se de mão de obra que não produzia e ainda gerava gastos com alimentação e moradia. De qualquer forma, a Lei do Sexagenário fez parte de uma cadeia de avanços abolicionistas que culminaram na assinatura da Lei Áurea, em 1888 (SANTOS, 2013).

### 2.3 A ABOLIÇÃO QUE “LIBERTOU” OS ESCRAVIZADOS NO BRASIL

A luta dos escravizados pela liberdade assumiu diversas formas, que incluíam fugas, organização de quilombos, revoltas e conquista da alforria; estas, também foram formas de resistência dos negros, que mesmo estabelecidas não evitaram um processo lento e gradual de abolição no Brasil. A elite branca, em uma soma de esforços, buscou construir a memória social da escravidão colocando os negros apenas como coadjuvantes na luta abolicionista (ZUBARAN, 2009).

Krob (2011), considera que a partir da promulgação das leis emancipatórias, que buscavam a extinção do tráfico de escravizados, por volta da segunda metade do século XIX, intensificam-se as discussões acerca do fim do trabalho escravo no Brasil. No entanto, os debates sobre o fim da escravidão e a inserção do trabalho livre jamais significaram pôr fim de imediato no trabalho escravo, as discussões parlamentares e as reivindicações da classe senhorial estavam sempre apontando para um processo lento e gradual de abolição, pois, a medida colocaria em risco os interesses econômicos dos senhores. O reflexo disso foi o intervalo de tempo, que chegou a vinte e um anos, entre as leis promulgadas na primeira fase do processo

abolicionista, conhecido assim por culminar no fim do tráfico negreiro, antecedendo a última fase que culminou com a extinção legal da escravidão.

Em meio à pressão estrangeira, principalmente inglesa, pelo fim da escravidão no Brasil, são promulgadas as já citadas leis paliativas que adiaram uma solução definitiva (Lei Eusébio de Queirós, em 1850; Lei do Ventre Livre, em 1871; e a Lei do Sexagenário, em 1888) (SANTOS, 2013). Todas elas antecederam a lei que definitivamente colocaria um fim a escravidão no país, mas que, ao mesmo tempo, não garantia nenhum direito social aos negros, libertos sem qualquer tipo de assistência.

A Lei Áurea foi assinada no dia 13 de maio de 1888 pela Princesa Isabel, que naquele momento estava com as atribuições de regente do Império do Brasil no lugar de seu pai, o imperador Dom Pedro II, que estava em viagem. O Brasil foi o último país independente a abolir a escravidão, mas a Lei discutida e aprovada pelo Senado trouxe consequências ao Império. A partir dela, os latifundiários retiraram o suporte ao imperador, pois não concordavam com o fato de não serem indenizados pelos escravizados libertos e, por isso, passaram a apoiar os republicanos. Após um ano e seis meses a monarquia foi derrubada e a Família Imperial expulsa do Brasil (REZENDE, 2014).

Conforme aponta Neves (1999) com a Lei Áurea foram libertos 750 mil escravizados que representavam apenas 10% dos negros. Esse número não é tão significativo devido à parcela de escravizados que conquistaram a liberdade anteriormente, por suas próprias formas de resistência e, também, pela intervenção dos abolicionistas, pessoas negras e brancas que lutaram pela libertação dos negros ao longo do século. A campanha abolicionista tinha como objetivo a liberdade da população escravizada, através de pressão no Império, defesas judiciais, compra e acordos de alforrias, denúncias públicas nos veículos de comunicação e a formação de agremiações para lutar contra o regime escravista. Entre os abolicionistas, estavam advogados, intelectuais, jornalistas e políticos, alguns deles ganharam notoriedade pela sua luta e são lembrados até hoje, entre eles: André Rebouças, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Luiz Gama, Rui Barbosa e Sousa Dantas. Conforme apontamento: “A abolição não teria acontecido sem o trabalho de parlamentares como Nabuco, Rui e Dantas. O trabalho desses políticos, porém, não

teria surtido efeito sem a pressão externa articulada por homens como Gama, Patrocínio e Rebouças. A vida deles foi dedicada à abolição” (MACHADO DA SILVA, 2017, p. 335).

Os abolicionistas também almejavam garantir boas condições de vida e trabalho para os escravizados libertos, com propostas de moradia e alfabetização para eles, mas não obtiveram sucesso. Com relação ao trabalho, o ex-escravizado era preterido e não tinha uma atividade remunerada, devido a chegada dos imigrantes europeus, que trabalhavam nas lavouras por um salário baixo e sem resistir às ordens. Um dos fatores da permanência da escravidão por tantos anos no Brasil foi a crença de que o negro era um ser inferior, pela cor de sua pele ele deveria servir aos brancos, estudiosos da época embasaram seu preconceito nas ciências (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006).

#### 2.4 O NEGRO NO RIO GRANDE DO SUL

O Estado do Rio Grande do Sul é constantemente caracterizado pela forte influência de imigrantes portugueses, italianos e alemães, por isso, a história e o desenvolvimento econômico do estado foram creditados a esses imigrantes. No entanto, o Rio Grande do Sul também teve em sua formação a forte presença de negros e indígenas. Como no restante do país, os indígenas habitavam a região antes da colonização, já os africanos foram os primeiros imigrantes não portugueses a penetrar, explorar e se fixar em solo rio-grandense.

Desde o início da ocupação da região Sul do Brasil o negro esteve presente - por volta de 1680, quando os portugueses passaram a desbravar outras terras e a fundá-las na região, o negro teve papel fundamental. Em presença numerosa, eles acompanhavam seus proprietários e faziam todo o trabalho manual, incluindo lutar nas disputas de território e em promessa de liberdade (A PÁTRIA DO NEGRO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, [entre 2015 e 2017], documento eletrônico).

Segundo Bakos (1985), quando as atenções da Metrópole brasileira se voltaram para o extremo sul a fim de impedir a expansão espanhola nas terras da colônia portuguesa, a Província se inseriu no contexto nacional. Desse modo,



passou a completar a economia do país e usar o trabalho escravo negro. Krob (2011) considera que a importância do escravizado acentua-se com o desenvolvimento da agricultura extensiva e do comércio de charque. Apesar do número de cativos aumentar com o estabelecimento das charqueadas, a sua presença foi constante em todos os setores da vida provincial.

A historiografia do Brasil meridional, por vezes, aponta para a baixa presença do negro no Rio Grande do Sul e a pouca importância do trabalho escravo para a economia do estado, no entanto, os números de presença da população livre e escravizada entre os anos de 1814 e 1858 mais do que triplicam no estado. Calcula-se que a população escravizada negra constituía-se em quase  $\frac{1}{4}$  da população total da Província (BAKOS, 1985).

O trabalho escravo que muito se acentuou no campo, por diversas vezes foi utilizado em batalhas por todo o país. Especialmente no Rio Grande do Sul, por volta de 1822, os batalhões formados por negros participaram de guerras externas e ajudaram a manter a ordem na Província. Os farroupilhas, iniciadores da Revolução Farroupilha<sup>3</sup>, por sua vez, alistaram-se através de recrutamento; a seleção era feita com os homens ainda solteiros, entre 18 e 35 anos, brancos, pardos, índios e pretos libertos. Um indivíduo poderia se eximir de servir oferecendo um escravizado negro, com carta de alforria, para lutar por ele. No entanto, muitas pessoas testemunharam que os farroupilhas promoveram a insurreição na escravaria negra, a fim de remanejar para as fileiras revolucionárias. O fato foi denunciado em Pelotas, onde cerca de 304 escravizados foram desviados de seus proprietários pelos farrapos em troca de liberdade (BAKOS, 1985).

A atitude dos farroupilhas desencadeou mais um problema com o centro do país, pois a regência e o governo legalista denunciavam com frequência o roubo dos escravizados e o seu engajamento no exército revolucionário. De um lado os legalistas prometeram alforriar todos os escravizados que abandonassem os

---

<sup>3</sup>Também conhecida como Guerra dos Farrapos teve início no dia 20 de setembro de 1835, por uma disputa entre proprietários de terras gaúchos e o Império. A motivação da guerra foi o desejo que os farrapos (revoltosos gaúchos) tinham em tornar suas províncias independentes e administradas por provincianos. No dia 18 de setembro de 1835, em uma reunião, ficou decidido que em dois dias o exército farrapo liderado por Bento Gonçalves tomaria militarmente Porto Alegre e destituiria o presidente provincial, correspondente, atualmente, ao governador de estado (MACHADO DA SILVA, 2010).

revolucionários, comprometendo-se a enviá-los para fora da Província e evitar que eles sofressem vingança; mas, por outro, os lanceiros negros haviam recebido a promessa de liberdade da República Rio Grandense para lutar na Guerra (BAKOS, 1985). Esta situação e a exploração constante dos escravizados demonstram como o negro no Rio Grande do Sul era tratado apenas como uma mercadoria, visto com função descartável.

Com a participação dos negros na Revolução Farroupilha o exército também era composto pelos Lanceiros Negros, bravos soldados que foram recrutados devido à necessidade de mais homens em combate. Os negros, nesta revolução, lutaram pelo sonho de liberdade, a eles pouco importavam os ideais dos farrapos, almejavam apenas suas liberdades (MACHADO DA SILVA, 2010).

A Revolução Farroupilha é uma das mais importantes guerras do estado e do país, que perdurou por 10 anos. Quando iniciaram as negociações para o fim da guerra, que significava o oferecimento de anistia por parte do Império aos revoltosos, os farroupilhas se questionavam sobre o que fazer com os lanceiros negros, composto por muitos escravizados pertencentes aos imperiais. Segundo Machado da Silva (2010), haviam duas possibilidades: devolver os negros para que fossem entregues aos seus proprietários (medida exigida pelo Império) ou libertá-los, no entanto, alguns farroupilhas resistiam a entregá-los pelo medo de uma rebelião dos negros, afinal eles não receberiam a liberdade prometida.

Como afirma Machado da Silva (2010), o único empecilho para o fim da guerra era a situação dos negros, por isso, alguma medida precisava ser tomada. Na madrugada do dia 14 de novembro de 1844 o acampamento dos negros é atacado de “surpresa” pelas tropas imperiais, em Porongos, dizimando grande parte deles. Os soldados negros, comandados pelo general farroupilha David Canabarro, lutaram bravamente, mas encontravam-se em desigualdade diante das tropas inimigas. O episódio intitulado por muitos como o massacre de Porongos foi resultado de uma traição, como explica Machado da Silva (2010), o comandante Canabarro recebeu diversas advertências sobre a aproximação dos soldados imperiais, comandados por Francisco Pedro de Abreu, o Moringue, e nada fez para prevenir o ataque. Ao ser informado sobre a presença de um traidor em seus homens, Canabarro desarmou os negros na noite anterior ao ataque, a conduta nessa ocasião e a reputação de

traidor por outras situações levaram a consideração de Canabarro como o traidor da Guerra. Muitos negros perderam a vida naquela madrugada, os que sobreviveram ao massacre foram levados para fora do Rio Grande do Sul e escravizados pelo Império, na cidade do Rio de Janeiro. A abolição prometida para aquele momento nunca foi dada, a alforria chegou através da morte para os negros em Porongos.

Conforme afirma Zubaran (2009), o movimento abolicionista na Província do Rio Grande do Sul se intensificou na década de 1880. Entre os anos de 1883 e 1884, a propaganda abolicionista foi discutida publicamente na imprensa local, através dos periódicos: *Jornal do Comércio*, *A Reforma*, *A Federação*, *O Mercantil* e *O Século*. No ano de 1883, os partidos políticos Conservador, Liberal e Republicano reconheciam a necessidade de abolir a escravidão, mas ainda discordavam do modo de conduzi-la. O líder liberal Silveira Martins defendia a abolição através de contratos de serviço entre seus senhores e ex-escravizados; os conservadores atacavam a posição abolicionista dos liberais, pois ameaçava a ordem social - para a maioria deles era suficiente esperar pelos efeitos da Lei do Ventre Livre e as emancipações particulares; já os republicanos, primeiramente defendiam a liberdade imediata sem indenização, mas, posteriormente, passaram a apoiar a estratégia política dos liberais (ZUBARAN, 2009).

No mês de setembro do mesmo ano, foi criado o Centro Abolicionista de Porto Alegre, através da iniciativa de alguns liberais que, com a incumbência de republicanos e conservadores dissidentes privilegiaram a ideia de liberdade condicional a ser indenizada através de contratos de serviço. Com isso, a liberdade não era imediata e completa, pois durante um período de até sete anos os ex-escravizados prestariam serviços aos ex-senhores. A medida não duraria muito tempo - em 1884, motivados pelas abolições do Amazonas e do Ceará, os abolicionistas rio-grandenses organizaram a “jornada abolicionista” que daria a libertação aos escravizados gaúchos de Porto Alegre, através da compra de alforrias. Conforme menciona Zubaran (2009, p. 8): “[...] na primeira semana de setembro de 1884, Porto Alegre foi declarada “cidade livre”, quase quatro anos antes da abolição nacional.”.

A abolição prévia da província do Rio Grande do Sul, do Amazonas e do Ceará não faria desses estados referência para o Brasil, a igualdade racial não viria

tão cedo quanto o fim da escravidão. Ao Rio Grande do Sul ainda restava uma grande dívida, a reparação histórica pelas vidas negras dizimadas na Guerra - a quitação, no entanto, jamais aconteceria, o massacre segue sendo silenciado e são poucas as pesquisas dedicadas ao tema (ZUBARAN, 2009).

Como já mencionado neste trabalho, a presença do negro no Rio Grande do Sul é invisibilizada pela historiografia. A forte imigração europeia foi estimulada na tentativa de tornar este um estado embranquecido. Conforme afirma Rosa (2014), a imagem de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul foi caracterizada com ênfase na contribuição cultural, política e econômica dos italianos e alemães, o que acabou por determinar a concepção de um estado mais branco e menos miscigenado. Em meio a isso, o negro gaúcho no período de pós-abolição encontra barreiras para sobreviver no estado: livres, mas sem oportunidade de trabalho e renda, pois a mão de obra branca e europeia é facilitada e valorizada diante do trabalho dos escravizados. Segundo Machado da Silva (2017), muitos acreditavam que os negros, agora libertos e sem ofício, teriam horror ao trabalho, o que os levaria a ocorrências de vícios e a vagabundagem, no entanto, como poderiam nada saber ou ter horror ao trabalho aqueles que tudo faziam?

A libertação dos escravizados em 1888 significou o início de um período de grande resistência e luta para esses indivíduos. Em todo o país a população negra, recém liberta, encontrou dificuldades de inserção. No Rio Grande do Sul, a união dos negros levou a formação de associações e clubes que visavam auxiliar àqueles cidadãos, além de criar espaços sociais, visto que a sociedade, embora livre, limitava a entrada dos negros em diferentes locais. Uma das mais tradicionais na região é a Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora, que foi fundada em 1872, na cidade de Porto Alegre, e permanece em funcionamento até os dias atuais (BAKOS, 1982).

Os negros também identificaram a necessidade de dar voz e dimensão às suas lutas, já que os órgãos da imprensa brasileira no pós-abolição não falavam para a população negra e ainda contribuíam ativamente para uma construção social racista, que colocava os negros como seres inferiores. Antes mesmo da Lei Áurea, em 1833, no Rio de Janeiro, nasceu o primeiro jornal da imprensa negra, articulado

por um grupo de “homens de cor” que buscavam denunciar o preconceito racial, educar os negros contra o complexo de inferioridade e fortalecer a cultura negra.

### 3 A IMPRENSA E A IMPRENSA NEGRA DO BRASIL E DO RIO GRANDE DO SUL

A história da comunicação no Brasil é anterior ao surgimento da imprensa brasileira, pois mesmo antes da chegada da Família Real, que culmina no nascimento do primeiro jornal brasileiro, em 1808, predominavam os modos orais de comunicação - grande parte da população era analfabeta. Segundo Barbosa (2010), as formas de comunicação baseadas na circulação de informações manuscritas ou orais e a existência de impressões clandestinas não configuram imprensa ou jornalismo, conforme a afirmação:

Só existe imprensa, no sentido estrito do termo, a partir do momento em que a transmissão de informações regular se torna pública, ou seja, acessível ao público em geral. Até então as novidades ou opiniões publicadas, sem qualquer regularidade, não eram transformadas em notícias. Existe troca de informações, mas não existe imprensa (BARBOSA, 2010, p. 20).

A oralidade foi uma prática de comunicação importante, principalmente para os negros escravizados que, através dos pontos de ajuntamento, puderam trocar informações, cultivar e fortalecer sua cultura. Depois de um dia executando os mais duros trabalhos, os escravizados reservavam um tempo no começo da noite para juntar-se nas senzalas e contar histórias de seus ancestrais ou mesmo conversar em alto e bom som, antes do soar da campainha e da chegada do guarda para a separação de homens e mulheres. Além dos períodos de conversas nas senzalas ou em outros pontos da cidade, os negros escravizados utilizavam esses momentos para a competência musical da oralidade - através de festejos, cantos e danças, aquele povo cultuava suas tradições longe do julgamento da branquitude (BARBOSA, 2013).

A proposta deste capítulo é compreender a imprensa brasileira em seus aspectos de origem e desenvolvimento, buscando identificar as diferentes narrativas que a compõem, de modo a compreender esses espaços. Ou seja, além da imprensa brasileira “tradicional” a preocupação neste capítulo é explorar as organizações independentes que buscam dar voz e visibilidade aos indivíduos inferiorizados nos discursos hegemônicos, em especial, a imprensa negra brasileira e rio-grandense.

### 3.1 A IMPRENSA BRASILEIRA

A imprensa é implantada no Brasil a partir da chegada da Família Real, em 1808. Por decisão do príncipe regente, Dom João VI, a corte portuguesa foi transferida para o Rio de Janeiro, a cidade sede do Reino Português, pois sua permanência em Portugal é impedida em face à invasão francesa. A chegada da corte portuguesa significou progresso para o Brasil, foram instituídas medidas que transformaram a estrutura social e econômica da região, de modo a criar condições para a permanência dos cortesões emigrados (MARQUES DE MELO, 2003).

De acordo com Marques de Melo (2003), rapidamente foram tomadas as providências para fazer funcionar aqui a máquina administrativa do governo, por isso, naquele mesmo ano foram criadas muitas instituições. Neste momento, também se estabeleceu a tipografia Impressão Régia, de onde sairia o primeiro jornal impresso no Brasil. Conforme o Decreto de 13 de maio de 1808, a tipografia destinava-se exclusivamente à impressão de toda a legislação e papéis diplomáticos que emanassem de qualquer repartição do Real Serviço. No entanto, devido à carência de tipografias oficiais na região, a Impressão Régia não ficaria limitada apenas à produção de impressos oficiais.

Antes da chegada da Família Real e do surgimento da Impressão Régia, circulavam impressos no Brasil de forma “clandestina”, pois havia uma censura prévia desses impressos exercida pelo poder civil e eclesial. Inclusive, alguns homens exerciam o cargo de censores, possuindo uma lista com títulos e critérios para a interdição de obras (MARTINS; LUCA, 2008). A censura buscava garantir que na colônia não se produzisse nenhum impresso e também não circulassem outros tantos. “Apenas a evidência dessas proibições indica a importância da palavra impressa nessa sociedade, tomada como veículo de conhecimento e de pensamento e, sobretudo, como meio de transmissão das discussões política e religiosa” (BARBOSA, 2013, p. 38).

A partir da instalação da Impressão Régia nasce o primeiro jornal da imprensa brasileira: a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Como menciona Barbosa (2013), no dia 10 de setembro de 1808 saía da tipografia seu primeiro exemplar. Inicialmente, com periodicidade semanal, todos os sábados, o jornal poderia ser adquirido por 80 réis,

na loja do mercador de livros Paulo Martin Filho, na Rua da Quitanda, ou através de assinatura semestral por 1.900 réis.

Mesmo com a chegada da Coroa portuguesa, a censura no Brasil não suavizou, a concepção do primeiro jornal brasileiro levou à criação da Junta Diretora da Imprensa Régia, composta por homens ilustrados da mais estrita confiança de D. João VI, que se reuniam pelo menos duas vezes por semana para decidir o que seria publicado na *Gazeta* (BARBOSA, 2013). Entre os assuntos presentes na folha tinham prioridade os fatos da Europa, seguidos dos fatos das redondezas no Rio de Janeiro, contemplando temas diversos que eram divulgados nas gazetas ao redor do mundo, descrições minuciosas de comemorações e festas que tomavam as ruas da nova Corte, anúncios solicitados pelo público e outros (BARBOSA, 2013).

No ano de 1808, alguns meses antes do surgimento da *Gazeta do Rio de Janeiro*, começa a circular no Brasil o *Correio Braziliense*, um jornal editado e produzido em Londres, por Hipólito José da Costa<sup>4</sup>, seu criador e único redator. O *Correio Braziliense* referia-se ao Brasil como Império, os seus objetivos eram apresentar aos leitores portugueses e brasileiros os fatos e reflexões em torno do estado pelo qual passava o império português e as melhorias das ciências, literatura, comércio e artes. Além disso, o periódico expressava pontualmente as ideias e reivindicações de seu autor, que defendia a independência do Brasil (SILVA, 2006).

Conforme Martins e Luca (2008), alguns autores consideram o *Correio Braziliense* o primeiro jornal da imprensa brasileira, pois sua publicação antecedeu em três meses a *Gazeta do Rio de Janeiro*, considerado o precursor da imprensa por ser o primeiro jornal produzido no Brasil. Os jornais que circulam durante os mesmos anos no Rio de Janeiro são identificados com diferenças em seus posicionamentos - para Barbosa (2010, p.24), “[...] de um lado, o jornalismo dependente dos favores oficiais, não afeto a controvérsias, que se coloca aos lado dos que estão no poder, e de outro, o jornalismo de combate.” Assim, Barbosa

---

<sup>4</sup>Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça foi um jornalista, maçom e diplomata brasileiro. Nascido na colônia de Sacramento, atualmente Uruguai, em 1774, Hipólito estudou Direito e Filosofia em Coimbra. Hipólito é visto pela historiografia como fundador do “jornalismo de ensaio” no Brasil e foi o maior divulgador das luzes, do pensamento ilustrado, por meio do seu periódico. Em 1822, com a proclamação da Independência, Hipólito percebeu que sua luta nas páginas do jornal havia sido vitoriosa, então encerrou a publicação do mesmo. Faleceu no ano seguinte, sem saber que fora nomeado cônsul do império brasileiro (SILVA, 2006).



apresenta a *Gazeta*, caracterizada pelo jornalismo oficial, e o *Correio* como jornal combativo. Contudo, em 1822, ambos os jornais encerram suas publicações no Brasil, agora independente.

Antes do findar das publicações da *Gazeta do Rio de Janeiro*, surgiram os periódicos produzidos pela iniciativa privada. Por volta de 1811, é publicado o jornal *Idade d'Ouro do Brazil*, na tipografia de Manuel Antonio da Silva Serva, na Bahia, sendo ele o primeiro periódico produzido pela iniciativa privada de circulação regular no país. Embora não dialogando diretamente com as prerrogativas Reais, o periódico passava pela censura oficial e, em sua linha editorial, defendia a manutenção do Brasil como Reino Unido a Portugal, sendo contrário à independência, assim como aos ideais republicanos (CARVALHO, 1996).

Carvalho (1996), ainda aponta que em 1821 D.João VI retornou a Portugal devido a uma revolta no país e decretou a anulação da censura prévia e regulou a liberdade de imprensa até nova regulamentação. Isso significou que a censura seria exercida de modo diferente - a partir do decreto ela seria aplicada nas provas impressas e não mais sobre os originais manuscritos.

Para Ericksen (1977), a propagação da imprensa pelas províncias do Brasil foi lenta, devido às dificuldades da época. Segundo ele, a ordem cronológica de surgimento dos periódicos é a seguinte: *Idade d'Ouro do Brazil*, em 1811 na Bahia; *Aurora Pernambucana*, em 1821, em Pernambuco; *O Conciliador*, em 1821 no Maranhão; *O Paraense*, em 1822 no Pará; *O Compilador Mineiro*, em 1823, em Minas Gerais; *Diário do Governo do Ceará*, em 1824 no Ceará; *O Farol Paulistano*, em 1827, em São Paulo; *Diário de Porto Alegre*, em 1827 no Rio Grande do Sul; *Eco na Vila Real da Praia Grande*, em 1829, em Niterói, Estado do Rio; *Matutina Meiapotense*, em 1830, em Goiás; *O Catarinense*, em 1831, em Santa Catarina; *Íris Alagoense*, em 1831, em Alagoas; *O Natalense*, em 1832, no Rio Grande do Norte; *O Recopilador Sergipano*, em 1832, em Sergipe; *O Estafeta*, em 1840 no Espírito Santo; *Dezenove de Dezembro*, em 1854 no Paraná; *Estrela do Amazonas*, em 1854, em Manaus.

### 3.2 OS PRECURSORES DA IMPRENSA NO RIO GRANDE DO SUL

O advento oficial da imprensa no Rio Grande do Sul se deu em 1º de junho de 1827, data de fundação do *Diário de Porto Alegre*, o primeiro jornal do estado. No entanto, Ericksen (1977) destaca a possível existência de uma tipografia em meados de 1698, localizada na região das Missões, no Noroeste do Rio Grande do Sul, na qual eram impressas obras religiosas em língua guarani e que teve as atividades encerradas em 1705. Esta então, seria a fase primordial da imprensa no estado - conforme o autor, indícios da existência dela estão no acervo do Museu Histórico de Buenos Aires, intitulado como imprensa das Missões.

No ano de fundação da imprensa no Rio Grande do Sul, 1827, o estado vivia um momento de instabilidade econômica pastoril, os estancieiros e charqueadores passaram a perceber sua subordinação ao centro de poder do Rio de Janeiro. As contradições entre a província e a corte se intensificaram no contexto maior da reação liberal ao governo absolutista de D. Pedro I. Em meio a esse cenário é que surge o *Diário de Porto Alegre* (RÜDIGER, 2003).

Segundo Rüdiger (2003), o periódico era um veículo de comunicação oficial do governo, amparado por Salvador José Maciel, presidente da província. O surgimento do *Diário de Porto Alegre* também se deu pelo elevado grau de desenvolvimento da sociedade gaúcha, tanto na economia quanto na política e demais aspectos sociais. Com o avanço das condições de civilização no estado, surgia um público letrado que precisava ser levado em consideração. Portanto, para fornecer a esse público informações “confiáveis”, o jornal servia à publicidade governamental e à publicação de atos da administração. Seu redator era o português Lourenço Júnior de Castro, à ele cabia a função de fazer o jogo político-administrativo. No entanto, alguns autores discordam e alegam que o periódico não era um veículo de comunicação oficial do governo.

O *Diário de Porto Alegre* era um jornal de formato reduzido, vendido a 40 réis o exemplar e impresso na tipografia Rio-Grandense. Seu tempo de circulação foi até o dia 30 de junho de 1828, com singelo um ano de existência (ERICKSEN, 1977). No entanto, a imprensa não sofreria mais por descontinuidade no seu

desenvolvimento, “[...] o *Constitucional Rio-Grandense*, foi o segundo jornal a aparecer no Rio Grande do Sul a 5 de julho de 1828” (ERICKSEN, 1977, p.19).

Com o surgimento do *Diário de Porto Alegre*, abriam-se os caminhos para novos periódicos. Aqueles que circularam na sequência, no período pré-revolucionário, tinham um cunho político-partidário, ou seja, antes do desencadear da Revolução Farroupilha (1835-1845) e mesmo antes que fosse lançada a imprensa farroupilha propriamente dita, surgiram esses jornais na capital e no interior da Província (LEITE, 2015). Entre os jornais do período estão: *O Amigo do Homem e da Pátria* (1829), *O Vigilante* (1830), *Compilador em Porto Alegre* (1831), *Idade de Pau* (1833) e outros.

### 3.3 IMPRENSA NEGRA NO BRASIL

Enquanto o Rio Grande do Sul experienciava a recém chegada imprensa e os periódicos pré-revolucionários, no Rio de Janeiro, em 1833, nascia a imprensa negra brasileira. Pinto (2010) conceitua a imprensa negra a partir das reflexões de Antônio Candido<sup>5</sup> sobre a formação do sistema literário brasileiro, recorrendo às categorias “autor”, “obra” e “público”, na qualidade de momentos de produção comunicativa. Portanto, o reconhecimento de um jornal como pertencente a imprensa negra passaria pelos laços do periódico com o espaço em questão: jornais feitos por negros; para negros; veiculando assuntos de interesse das populações negras. Vargas e Zubaran (2015) buscam compreender a imprensa negra a partir da abordagem dos Estudos Culturais, que a conceitua como um artefato cultural que não apenas informa, mas também produz discursos e representações que colaboram na formação de subjetividades e identidades negras.

Conforme aponta Pinto (2010), as condições foram propícias para a emergência dos veículos da Imprensa negra no século XIX, visto a atuação de um razoável número de negros letrados capazes de gerar e absorver as ideias daqueles jornais, bem como disseminá-las entre os pares iletrados. Apesar de surgir antes mesmo do fim da escravidão, a imprensa negra significou um espaço de resistência para a população negra livre e escravizada. Nestes periódicos eram retratados acontecimentos que envolviam preconceito racial, a violência sofrida pelos negros e

---

<sup>5</sup>CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 8. ed. São Paulo: T.A. Queiroz/Publifolha, 2000.

as suas condições desiguais de vida, tudo isso em forma de protesto e luta pela defesa dos direitos daquela população (PINTO, 2010).

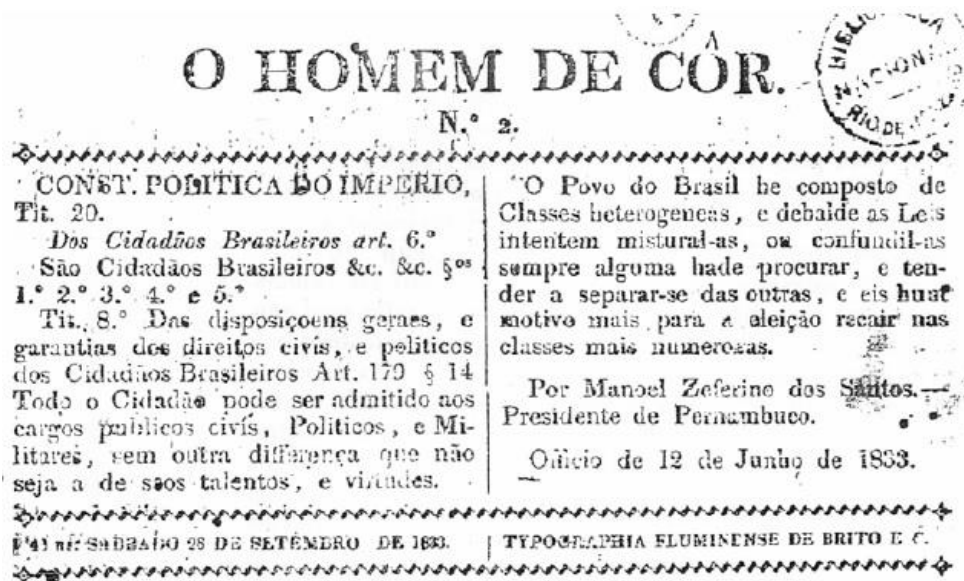
Em 1833, em um momento de agitação no Brasil devido ao começo do período regencial<sup>6</sup>, nasceu o primeiro jornal da imprensa negra brasileira: *O Homem de Côr*. A folha surgiu na capital do Império, em 14 de setembro, na Tipografia Fluminense de Paula Brito, loja localizada no Largo do Rocio, um local marcado pela presença negra constante (PINTO, 2010). A partir do terceiro número recebeu um pequeno acréscimo no nome, passando a se chamar *O Mulato* ou *O Homem de Côr*. Conforme Rosa (2014), o periódico circulou durante pouco tempo, seu último exemplar foi no dia 4 de novembro do mesmo ano.

No cabeçalho, os cinco primeiros números do jornal traziam do lado esquerdo a transcrição do parágrafo 14 da Constituição de 1824, que diz: “todo o cidadão pode ser admitido aos cargos públicos civis, políticos e militares, sem outra diferença que não seja a de seus talentos e virtudes”; no lado direito reproduzia o trecho de um ofício do Presidente da Província de Pernambuco, que falava sobre as leis no Brasil que recaem sobre as classes heterogêneas dos povos, de modo a desfavorecer alguns deles (PINTO, 2006).

---

<sup>6</sup>Quando D. Pedro I abdicou ao trono, em abril de 1831, foi instaurado o governo provisório, em virtude da menoridade do príncipe sucessor. Durante o período aconteceram disputas entre os partidos restaurador, exaltado e moderado. O período chegou ao fim com a emancipação, aos catorze anos de idade, de D. Pedro II, iniciando assim o Segundo Reinado (SILVA, 1954).

Figura 1 - Cabeçalho do jornal *O Homem de Côr*, n.2



Fonte: Pinto (2006).

Motivado pelo medo do avanço dos “homens de cor” a cargos políticos e públicos, o presidente Manuel Zeferino dos Santos, propôs a divisão de classe de cidadãos de acordo com a sua tonalidade de pele, de modo a pautar a distribuição hierarquizada de cargos públicos (PINTO, 2010). O objetivo era controlar o poder para que, principalmente na Guarda Nacional, os “homens de cor” não ocupassem altas posições, já que seriam eles a classe mais numerosa. Com isso, a Guarda Nacional acabou reforçando a hierarquia social daquela sociedade escravista oitocentista (COSTA, 2012).

Para Pinto (2010), esses e outros acontecimentos se davam pelo desejo de limitar a liberdade e a cidadania dos “homens de cor” livres na Corte. No entanto, o problema envolvia muitas pessoas e a iniciativa de criação do periódico negro ganhou espaço e simpatia em mais duas tipografias naquele mesmo ano: *O Brasileiro Pardo* surgia na Tipografia Paraguassu; *O Cabrito*, na Tipografia Miranda e Carneiro; e *O Lafuente*, também na Paraguassu. Todos os impressos eram vendidos nas tipografias ou em algumas livrarias, ao preço de 40 réis a unidade ou mediante assinatura. Outro ponto em comum entre os exemplares da imprensa negra era o anonimato de seus redatores (SODRÉ, 1999).

### 3.4 IMPRENSAS FARROUPILHA, LITERÁRIA E OPERÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL

À medida que a capital do Império deparava-se com o desenvolvimento da imprensa negra composta pelos escritores negros que buscavam dar visibilidade às desigualdades raciais e fortalecer a classe dos “homens de cor” no Brasil, o Rio Grande do Sul entrava na mais extensa guerra da história do país: a Revolução Farroupilha.

Conhecido também como Guerra dos Farrapos, esse conflito durou dez anos (1835-1845) e colocou de um lado da trincheira os Federalistas, de outro os Republicanos. Esse fato histórico também foi caracterizado pela presença de uma imprensa “adicional” (BASTIDE, 1983), que promovia assuntos de ambos os lados da disputa. Sob esta perspectiva, a imprensa deste período foi nomeada como imprensa farroupilha que, segundo Alves (2009), servia para manipulação da opinião pública conforme as posições ideológicas dos jornalistas:

Neste sentido, os farroupilhas eram apontados por meio de sua imprensa como os propugnadores de uma causa justa, acima de tudo em nome da liberdade, enquanto os legalistas eram descritos como retrógrados, sebastianistas e conservadores. Por outro lado, os jornais legalistas consideravam estes como os defensores da ordem, enquanto os rebeldes eram qualificados como anarquistas e subversivos que desejavam corromper e destruir as instituições estabelecidas (ALVES, 2009, p. 141).

A imprensa farroupilha foi constituída por diversos periódicos de curta duração, mas de atuação representativa nas posições assumidas antes e durante a luta. Em sua obra Macedo (1994), organiza uma tabela com 24 dos principais jornais que circularam no período, acompanhado da posição que os mesmos defendiam. Entre esses, contudo, o autor enfatiza a trajetória dos seguintes jornais que acompanharam o cerne da revolução: *O Povo* (1838-1840), *O Americano* (1842-1843) e *Estrela do Sul* (1843).

Segundo Bakos (1985), os jornais da imprensa Farroupilha abordavam em suas páginas cotidianamente a escravidão. Em virtude da situação dos escravizados naquele momento, alguns dos principais periódicos continham buscas pelos negros fugidos ou capturados, além de diversos anúncios de venda ou aluguel de escravizados, prática existente já nos primeiros jornais publicados no Rio Grande do Sul. Estas abordagens traduziam a desvalorização da população na época: “Ao

longo da leitura destes periódicos vai-se encontrando uma série de anúncios que revelam ser o escravo negro considerado como mercadoria sujeita a negociações de toda ordem” (BAKOS, 1985, p. 10).

O término da Guerra dos Farrapos ocorreu em 1845, mas, em torno de um ano antes chegava ao fim a circulação dos periódicos da imprensa farroupilha. De fato, durante o período da revolução, os demais assuntos da sociedade gaúcha foram relegados, no entanto, não demorou muito para que a reparação deste tempo acontecesse e iniciasse no estado uma grande transformação na imprensa (DILLENBURG, 1987).

Hohlfeldt (2006) caracteriza a imprensa sul-rio-grandense através de fases, a primeira delas considera o nascimento do primeiro jornal do estado, em 1827, até a explosão da Revolução Farroupilha, em 1835. Posteriormente, o autor menciona a imprensa revolucionária que compreenderia os jornais publicados durante a Revolução, com início em meados de 1830 até o ano final da batalha, em 1845. Simultaneamente, a fase seguinte engloba o surgimento da imprensa literária, em 1856, e da imprensa operária, em 1873, compreendendo de forma geral os anos de 1850 a 1900 (FERREIRA, 1975; MARÇAL, 2004).

O precursor da imprensa literária do Rio Grande do Sul foi o periódico *O Guayba*. Lançado em Porto Alegre no dia 3 de agosto de 1856, o jornal era impresso na Tipografia Brasileira-Alemã, em formato 30x20, composto de oito páginas de texto e com circulação aos domingos. Seus redatores eram Carlos Jansen, editor e também proprietário da Tipografia, e João Vespúcio de Abreu e Silva. *O Guayba* e os periódicos literários que o seguiram não apresentavam em suas páginas somente textos literários, mas também educação, história, religião, linguística e filosofia (FERREIRA, 1975).

Mais tarde ao desenvolvimento e ascensão da imprensa literária, intensificava-se o movimento operário no Rio Grande do Sul. A imigração dos colonos europeus que viriam trabalhar em campos, lavouras e posteriormente nas indústrias do estado era defendida pela crença de que o trabalho livre com europeus brancos traria progresso ao Brasil, afinal o trabalho livre dos negros seria incoerente, pois estes eram considerados seres preguiçosos e de capacidades intelectuais inferiores (MACHADO DA SILVA, 2017). No entanto, as condições de trabalho livre

por aqui ainda eram precárias, os trabalhadores imigrantes precisaram organizar-se em associações pela regulação de direitos trabalhistas.

Com isso, em meio a organização do movimento operário, nasce a imprensa operária do Rio Grande do Sul. Conforme aponta Marçal (2004), o jornal operário é uma tribuna, são explorados falando para explorados, denunciando, criticando, informando e apontando caminhos para formar uma proposta de mudança social para acabar com a exploração do homem pelo homem.

Segundo Marçal (2004), o primeiro periódico deste cunho no estado foi *O Caixeiro*, publicado pela primeira vez em 7 de setembro de 1873. Ele era impresso em quatro páginas, com tiragem aos domingos e medindo 19x29. O teor literário também acompanhava suas publicações, juntamente com a missão de reunir em fraternal enleio todos os membros da classe, tão dispersa em suas variadas ocupações, procurando ao mesmo tempo amenizar-lhes o espírito cansado. Em seguida ao surgimento d'*O Caixeiro*, outros periódicos da imprensa operária foram criados, entre eles importantes referências para a sociedade gaúcha: *O Social* (1874), *O Operário* (1885), *A Gazetinha* (1891), *A Luta* (1894), *O Exemplo* (1902) em sua segunda fase e outros.

### 3.5 A EXPANSÃO DA IMPRENSA NEGRA BRASILEIRA

Estima-se que em meados de 1872 o número de pessoas negras (pretas e pardas) representava 50,42% da população livre no Brasil. Especificamente na província de Pernambuco o dado da população negra era ainda maior, principalmente entre livres e libertos, mesmo com a crise da economia açucareira e o fim do tráfico internacional de africanos. “Para a cidade do Recife, num contingente de 117.163 indivíduos, os negros correspondiam a 58,92% do total; sendo 52,55% dos livres” (PINTO, 2010, p.58).

Mesmo diante dos dados apresentados por Pinto (2010), os negros da cidade de Recife sofriam constantemente com a desigualdade e o preconceito racial quando inseridos em cargos públicos. Neste cenário, no dia 13 de janeiro de 1876, nascia na capital da província o semanário *O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social*. Impresso na Tipografia Correio do Recife, desde a sua primeira



publicação até o término dos doze números, o periódico afirmava ter por fim principal “promover a união, a instrução e a moralização dos homens de cor pernambucanos” (PINTO, 2010, p.55). Os mantenedores da folha eram os assinantes, que pagavam adiantadamente o valor de dois mil réis por três meses, o tempo total de circulação do jornal.

**Figura 2 - Cabeçalho do jornal *O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social***



Fonte: Pinto (2006).

A próxima capital a presenciar o desenvolvimento da imprensa negra seria São Paulo, a cidade que nas últimas décadas do século XIX assistiu a chegada dos imigrantes europeus visando o progresso do Brasil. Com a recente libertação dos escravos, em 1888, existiram projetos que objetivavam a desvalorização da mão de obra negra, então liberta, assim como o branqueamento da cidade. Todavia, os negros paulistanos não foram tão inertes como gostariam os autores destes projetos, ou seja, os negros acompanharam o crescimento urbano, construíram seus espaços de sociabilidade e trabalharam muito. Deste modo, encontraram e criaram modos de viver e resistir diante das diversas dificuldades (PINTO, 2010).

Entre as formas de resistência se inserem os jornais *A Pátria* e *O Progresso*, estreando na imprensa respectivamente em 1889 e 1899, com o mesmo subtítulo “órgão dos homens de cor”. Mas os periódicos apresentavam mais semelhanças:

Editados quando as divisões entre livres, libertos e escravizados tinham deixado de existir formalmente, esses periódicos traziam mediante a um debate racial, opiniões de homens negros e brancos em meio a dois momentos especiais: 1) os anos que seguiram à abolição e os meses em

que se viveu a iminente instauração do sistema republicano; e 2) os primeiros anos da República brasileira (PINTO, 2010, p.105).

A *Pátria* tem apenas o registro do seu segundo número, publicado em uma sexta-feira, dia 2 de agosto de 1889. O periódico inaugurou dando destaque a campanha abolicionista, sendo a primeira página totalmente dedicada à homenagem aos grandes abolicionistas. Dez anos após o lançamento do primeiro número de *A Pátria*, a cidade de São Paulo receberia outro “órgão dos homens de cor”: *O Progresso*. Nascido no dia 24 de agosto de 1899, sob o compromisso de “prestar auxílio desinteressado à raça que pertencemos”. No entanto, sete anos antes d’*O Progresso*, em dezembro de 1892, surgia na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, uma das grandes referências da imprensa negra brasileira, o jornal *O Exemplo*. (PINTO, 2010).

### 3.6 A IMPRENSA ABOLICIONISTA NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL

Durante o período de desenvolvimento da imprensa negra, a campanha abolicionista no Brasil ganha força, especialmente na segunda metade do século XIX. De modo geral a imprensa brasileira era pouco noticiosa, ligada à literatura e divulgação de folhetins. Com o advento da campanha abolicionista e republicana, os jornais ganharam fôlego para publicações relevantes em relação a representação nacional, povo brasileiro e momento histórico nacional (FERREIRA et al., 2011).

Machado da Silva (2017) considera a abolição um produto da imprensa, a publicação de jornais e revistas durante a campanha abolicionista foi resultado do campo de lutas, tanto para defesa quanto para combate. Os exemplares da imprensa abolicionista circularam por todo o país, figuras importantes da luta estiveram a frente de alguns desses jornais.

Joaquim Nabuco, criador do periódico *O Abolicionista - Órgão da Sociedade Brasileira Contra Escravidão*, juntamente com André Rebouças, também colaborou com artigos, sempre com forte posicionamento abolicionista, em jornais como: *Jornal do Commercio* (1880), *O Paiz* (1887), *A Gazeta de Notícias* (1875), entre outros. O jornalista José do Patrocínio também contribuiu fortemente para a imprensa abolicionista, com a publicação de artigos de propaganda abolicionista no jornal *A*

*Gazeta de Notícias* e como proprietário dos jornais *Gazeta da Tarde* (1897) e *Cidade do Rio* (1887) (ALONSO, 2010).

No Rio Grande do Sul, o movimento abolicionista se intensifica na imprensa a partir de 1881, com o periódico *A Voz do Escravo*, de Pelotas, seguido do jornal *A Reforma* (1884), de Porto Alegre, e *A Penna* (1884), também de Pelotas (BAKOS, 1982). *A Voz do Escravo*, para alguns autores, também contém características da imprensa negra e, assim como se declarava uma publicação do órgão abolicionista, apresentava como objetivo dar voz e/ou atuar como mediador daqueles que não eram ouvidos (GONÇALVES, 2013). O primeiro número do jornal evidenciava sua posição: “Queremos ser o eco transmissor dos sentimentos desses nossos irmãos, que lá em imundas senzalas esperam em vão por uma voz que os console” (*A Voz do Escravo*, 16 jan. 1881, p.01).

**Figura 3 - Capa jornal A Voz do Escravo**



Fonte: Leite (2015)

Os jornais de cunho político-partidário do estado também foram contribuintes das discussões a favor ou contra a abolição, alguns deles de significativa presença: *Jornal do Commercio* (1864), *Mercantil* (1874) e *A Federação* (1884) (BAKOS, 1982).

Neste capítulo, apresentou-se o desenvolvimento da imprensa no Brasil e no Rio Grande do Sul. De modo cronológico, os períodos históricos foram alinhados com o surgimento das respectivas modalidades de imprensa, demonstrando que o surgimento das mesmas se dá pela necessidade de representatividade e resistência das minorias diante dos discursos hegemônicos.

O *Exemplo*, jornal fundado por um grupo de homens negros durante o período pós-abolicionista na cidade de Porto Alegre, foi o primeiro título da imprensa negra no estado. A partir de 11 de dezembro de 1892, a capital da província recebia esse veículo que manifestava em suas primeiras linhas a defesa da classe dos homens de cor e o aperfeiçoamento dos seus conhecimentos (PINTO, 2010). Neste contexto, a análise dessa pesquisa pretende compreender o objeto de estudo, *O Exemplo*, sob a exploração de seus conteúdos e buscando os aspectos temáticos da imprensa negra naquele momento histórico.

## 4 ANÁLISE DO JORNAL *O EXEMPLO*

A partir do referencial teórico apresentado, pode-se realizar uma exploração histórica, cultural e social dos modos e condições de vida da população negra no Brasil, além de compreender o levantamento que iniciou com a escravidão dos africanos e as raízes do preconceito racial na sociedade brasileira. Deste modo, convergindo para os desdobramentos que resultaram na criação da imprensa negra brasileira, com os periódicos que passam a denunciar as atrocidades sofridas pela população negra brasileira e, em especial, sul-riograndense, contemplando a região em que surge o objeto de análise desta pesquisa, o jornal *O Exemplo*.

Com o objetivo de detectar a presença das questões étnico-raciais e identificar como elas eram abordadas nas primeiras páginas do jornal *O Exemplo*, será realizada neste capítulo a análise das capas do periódico entre 1892 a 1897, compreendendo todas as edições disponíveis do século XIX. Naquele cenário, *O Exemplo* não apenas informa, mas também produz discursos e representações que colaboram na formação de subjetividades e identidades negras (VARGAS; ZUBARAN, 2015).

Para isso, neste capítulo será descrita a história d'*O Exemplo* e de seus fundadores, além de uma descrição detalhada da metodologia usada na pesquisa, a análise de conteúdo. Ao final do estudo será possível identificar a presença e a abordagem das questões étnico-raciais pelo jornal *O Exemplo*.

### 4.1 O EXEMPLO

“Surge hoje na vasta arena da imprensa *O Exemplo*, que, nascido de uma dessas elevações do espírito, tão peculiares à mocidade, é lançado aos vendavais da publicidade a impetrar o último lugar nos domínios do jornalismo da Capital” (*O Exemplo*, 11 dez. 1892, p.1).

Em 11 de dezembro de 1892, apresenta-se e pede licença à imprensa porto-alegrense o jornal *O Exemplo*. Fundado por um grupo de jovens negros ávidos na luta contra o preconceito de cor, esse periódico deixa explícito já em sua primeira publicação o propósito da organização: “o nosso programa é simples e podemos

exará-lo em duas palavras: a defesa de nossa classe e o aperfeiçoamento de nossos medíocres conhecimentos” (*O Exemplo*, 11 dez. 1892, p.1).

O *Exemplo* surge através destes jovens homens “de cor” que, mesmo vivenciando uma situação menos precária, compartilhavam o desejo de mudar o estado das coisas, afinal o preconceito racial permanecia cravado nos costumes da sociedade como um todo (PERUSSATTO, 2018). Naquele cenário, a falsa expectativa de igualdade que nasceu com o advento da abolição e posteriormente a chegada da República, apenas afirmava que para os negros não bastava possuir talentos e virtudes para uma sobrevivência social igualitária, isso bastaria somente a população branca.

Segundo Perussatto (2018) e Oliveira (2017), os fundadores d’*O Exemplo* reuniam-se diariamente em uma sala aos fundos da barbearia Calisto, localizada na Rua dos Andradas, número 247 – uma das principais vias do Centro de Porto Alegre – para dialogar sobre as questões pertinentes à “classe dos homens de cor”, visto que a cidade estava passando por processos de modernização urbana, expansão industrial, crescimento demográfico e ampliação do ensino público, mas boa parte da população negra da região manteve-se estagnada, em casas precárias e fora das escolas. Mesmo sob essas condições, os negros ainda tinham que lidar com os abusos policiais, a discriminação sofrida pelas crianças negras em escolas públicas e a falta de assistência pública que resolvesse as graves questões sociais, além da disputa no mercado de trabalho com imigrantes que chegavam para o projeto de embranquecimento do Rio Grande do Sul.

A fundação do periódico se deu pela ocorrência de um caso de preconceito e discriminação contra Justino Coelho da Silva, sendo classificado em primeiro lugar em um concurso estadual foi surpreendido pela anulação do mesmo, sob a alegação de que apesar de suas “notórias aptidões, tinha o grande “defeito” de não ser branca a cor de sua epiderme” (*O Exemplo*, 02 jan. 1928, p.1). A matéria que denunciava este caso saiu 36 anos após a primeira edição do jornal, sob o título “O aparecimento d’*O Exemplo*”, no dia 2 de janeiro de 1928.

Figura 4 – Primeiro número do jornal *O Exemplo*

**O EXEMPLO**

Propriedade de uma Associação

Porto Alegre Domingo 11 de Dezembro de 1852.

N. 1

ASSIGNATURAS  
Por Rec. . . 500

Editor gerente  
Márcilio Freitas

Anno I  
Arthuro de Andrade  
ESCRITÓRIO  
Rua dos Andradas 247

**„O Exemplo“**

Surgiu hoje na vasta arena da imprensa *O Exemplo*, que nascido de uma d'essas elevações do espirito, tão peculiares a moralidade, é lançado a as vontades da publicidade a impetrar o ultimo logar nos domínios do jornalismo da Capital.

— Diante d'essa especie de torpor, d'essa lethargia, d'esse torpimento intellectual em que, no nosso meio social, têm vividos espiritos almas aproveitaveis, avultam a justa aspiração de arrancal-os a essa indolencia moral, para que juntamente commosco, consagramos a uma parte de seus labores, pagos que diminua, a grandiosidade empreitada do porvir e apreciação do presente.

Nos, moços que somos, temos sede de luz, de luz que espante altivamente as trevas de nosso horizonte que, qual **estrella a guiar o caminheiro errante**, nos conduza illesos aos portos da Sciencia.

— Nosso programma é simples e podemos exaral-rem d'essas palavras: a defesa de nossa classe e o aperfeiçoamento de nossos mediocres conhecimentos.

Na desempenho desse encargo não estacaremos ante qualquer eventualidade que porventura advenha, deante de qualquer obstaculo que surja a embargar-nos o passo, procurando banir de nosso espirito a idea de enaltecer a nossa classe.

Devemos mostrar á sociedade que tambem temos um cerebro que se desenvolve segundo o grito de esta lexica que o nome firmado em tal certamente, — Alentados, pois pela esperança de que não nos falharemos, decididos, a lucta e veremos, que com o poderosissimo gladio que faz tremer o despota em seu throno, que abroga as leis injustas, que leva ás mais remotas paragens o eco de suas vibrações e que ora empunhamos vacillantes, — sim conseguirmos o levantamento da nossa classe, no menos não a deixaremos fazer no pó do olvido, immersa em sua mediocridade.

*A colação.*

A' imprensa portogalegresa cumprimenta e pelo um lugar em seu seio

**O EXEMPLO**

**SÓ!**

A...

Imaginar um nicho abandonado  
Pela rolinha meiga e praso teir;  
Um nicho de crecca onde fagueira  
Gozou a vida um par apaixonado...

Imaginar um tronco desgalhado  
Por uma rija brasa torasqueira;  
E cavallo d'uma velha e rota esteira,  
Imaginar um orphão depresso...

Tudo isso imagina, minha senhora!...  
Mas só do que o nicho, o tronco e o orphão,  
Sem se n'alguma jurta promissora,

Sinto fazer meu pobre e recado,  
Orphão d'um puro amor que vive out'ora  
Sem se me nos amparar um illuzido!...

Porto Alegre  
Hino Siles

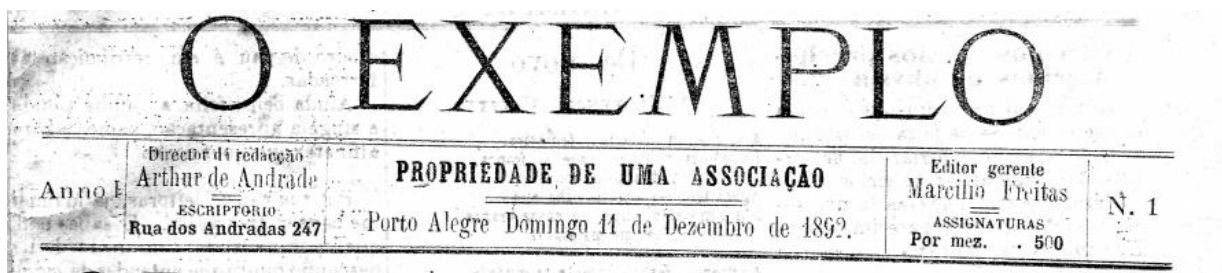
Fonte: acervo digital

*O Exemplo* apresentava em seu cabeçalho a inscrição “Propriedade de uma Associação” - segundo os estudos realizados por Liane Muller (2013), estava relacionado à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário<sup>7</sup>, pois alguns de seus fundadores foram membros desta Irmandade. Além desta identificação e do título do

<sup>7</sup>A religião católica era ensinada aos escravizados através da devoção ao Rosário. Em Porto Alegre essa devoção deu origem à fundação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, composta basicamente de escravizados e negros alforriados. Atualmente a igreja de Nossa Senhora do Rosário localiza-se na rua Vigário José Inácio nº 402, no Centro Histórico de Porto Alegre (QUINTÃO, 2002).

jornal, o cabeçalho era composto pelo nome do diretor da redação, o endereço do escritório, a data, o nome do editor gerente, o número da edição e o valor da assinatura, que poderia ser pago mensalmente, nas primeiras edições, e trimestralmente.

**Figura 5 – Cabeçalho *O Exemplo* (11 de dezembro de 1892)**



Fonte: acervo digital

Conforme aponta Zubaran (2016), inicialmente, *O Exemplo* tinha formato 30x21, constituído de quatro páginas, três colunas, saía aos domingos, de tiragem modesta, vendido pelos próprios editores na sede do jornal ou através das assinaturas. A partir do ano de 1917, *O Exemplo* recebeu um formato maior, de 56x38, chegando a ter edições comemorativas de até 10 páginas.

A impressão dos exemplares foi realizada, inicialmente, em duas tipografias. Como afirma Pinto (2010), os doze primeiros números foram impressos na tipografia do jornal *O Mercantil*, mas, conforme o próprio jornal aponta, em virtude do “empastelamento e destruição completa do material que foi vítima”, a edição de 5 de março de 1893 não saiu, o que ocasionou a troca de tipografia (*O Exemplo*, 12 mar. 1893, p.3). Então, aconteceu a transferência para a Tipografia do Rio Grande e lá permaneceu até a publicação do vigésimo segundo número, posteriormente voltou para a Tipografia do *Mercantil* (PINTO, 2010). Oito meses após o primeiro empastelamento ocorreu o segundo, desta vez por uma desavença entre o diretor d'*O Exemplo*, Marcílio Freitas, e o proprietário da Tipografia do *Mercantil* (PERUSSATTO, 2018). Com o ocorrido, Marcílio, que era tipógrafo e trabalhava nas oficinas do *Mercantil*, pediu demissão e fez um comunicado aos leitores d'*O Exemplo*:

Para evitarmos comentários pouco lisonjeiros à minha pessoa, declaro que desde segunda-feira, 20 do corrente, deixei de ser empregado do *Mercantil*, não por motivos que me desdorem, como sejam – falta de cumprimentos



de deveres ou comprovada má conduta – e sim, tão somente devido a ter deixado de imprimir O EXEMPLO naquelas oficinas (*O Exemplo*, 26 nov. 1893, p.4).

No primeiro exemplar impresso na Tipografia do Rio Grande, datado de 12 de março, nota-se uma alteração gráfica no título, que permaneceu por todas as edições do século XIX.

**Figura 6 – Cabeçalho O Exemplo (12 de março de 1893)**



Fonte: acervo digital

*O Exemplo* mantinha-se através das assinaturas, do grupo de mantenedores e das solicitações que recebia para anúncios de serviços, eventos, notas de felicitações por aniversários, casamentos, nascimentos, viagens e conquistas pessoais, bem como informes de falecimentos. Com o preenchimento desses espaços, mediante o pagamento, o jornal garantia a captação de recursos e aumentava seu alcance na rede social a qual se ligava (PINTO, 2010). Em suas páginas também estavam registros de atividades de associações e sociedades de base negra ou inter-racial, entre elas: a Floresta Aurora<sup>8</sup>, a União Profissional, a Estrela D’Alva, a Reunião Familiar e outras (PINTO, 2010).

<sup>8</sup>Em atividade até hoje, a Sociedade Beneficente Floresta Aurora foi criada em 1872 com o objetivo de prestar assistência a famílias negras em caso de óbito de seus provedores, custeando até o funeral. Com o tempo e o crescimento do clube, as atividades foram diversificadas; Bailes, atos públicos, protestos e homenagens passaram então a fazer parte do calendário da entidade. Disponível em <<http://florestaaurora.blogspot.com/2009/11/137-anos-de-historia.html>>. Acesso em 18 nov. 2018.

Quando surgiu na cidade de Porto Alegre, *O Exemplo* foi o precursor da imprensa negra no estado e circulou, com interrupções, entre os anos de 1892 a 1930 – um dos periódicos da imprensa negra com maior tempo de circulação (SANTOS, 2011). Durante os anos de existência, *O Exemplo* passou por interrupções, renovações em seu quadro e fechamentos, esses períodos de instabilidade foram compreendidos como fases. Conforme Perussatto (2018, p.31), a folha foi composta por “três fases de funcionamento: a primeira entre dezembro de 1892 e janeiro de 1897; a segunda entre outubro de 1902 e junho de 1911; e a terceira, entre fevereiro de 1916 e janeiro de 1930”. A autora ainda apresenta em seu artigo uma tabela contendo as edições publicadas em comparação com as edições disponíveis atualmente:

**Tabela 1: Edições publicadas e disponíveis d’O Exemplo (1892-1930)**

	Ano	Edições publicadas	Edições disponíveis	
1ª FASE	1892	01	01	
	1893	53	43	
	1894	52*	04	
	1895	43*	02	
	1896	42*	00	
	1897	03*	01	
	<b>Soma</b>	<b>194</b>	<b>51</b>	
2ª FASE	1902	11	11	
	1903	02	02	
	1904	32	32	
	1905	23*	05	
	1906	22*	00	
	1907	22*	00	
	1908	23*	02	
	1909	49	18	
	1910	47	42	
	1911	30*	15	
	<b>Soma</b>	<b>261</b>	<b>176</b>	
	3ª FASE	1916	50	40
		1917	51	51
1918		47	47	
1919		51	51	
1920-1930		390*	381	
<b>Soma</b>		<b>589</b>	<b>570</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>1.044</b>	<b>797</b>		

Fonte: PERUSSATTO, 2018, p.31.

\*estimativa

O número de edições disponíveis no ano de 1893 que a autora apresenta diverge com o número de edições disponíveis no acervo digital do projeto “O Direito às memórias negras: Preservando o patrimônio afro-brasileiro nas coleções do jornal *O Exemplo/RS (1892-1930)*”, o qual foi consultado para o desenvolvimento deste trabalho; no levantamento de Perussatto seriam 43 edições disponíveis em 1893, no entanto, para esta pesquisa obteve-se 44 edições do mesmo ano, totalizando 52 edições da primeira fase e não 51 como aponta a autora. Em outros estudos que abordam o periódico como objeto de pesquisa, defende-se a existência de quatro fases d’*O Exemplo*, seriam elas: 1892 a 1897, 1902 a 1905, 1908 a 1911 e 1916 a 1930 (MORAES, 2002; ZUBARAN, 2016). Possivelmente, as quatro fases são identificadas desta forma pela ausência de edições disponíveis entre os anos de 1906 e 1907.

A primeira fase de circulação d’*O Exemplo* é marcada pela presença de publicações quase que exclusivamente dedicadas à comunidade negra, com denúncias de preconceito étnico-racial, registro de atividades sociais e culturais da comunidade negra, pregação da moralidade de costumes e as vantagens da educação. A segunda fase recebe a inclusão do subtítulo *Jornal do Povo* e passa a se abrir para assuntos não-negros. Na terceira e última fase o jornal é marcado pela participação de inúmeros colaboradores brancos, na tentativa de ampliação do público (OLIVEIRA, 2017; ZUBARAN, 2016).

Após o fechamento do jornal, em 1930, o acervo d’*O Exemplo* esteve dissolvido entre diferentes locais e, atualmente, as edições encontram-se sob as guardas de: Acervo Pessoal de Oliveira Silveira, Biblioteca Pública Rio-Grandense, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho e Biblioteca Nacional, cujos microfilmes estão no Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Além, é claro, do acervo digital acessado para essa pesquisa (PERUSSATTO, 2018).

#### 4.1.1 Páginas do jornal

Como aponta Pinto (2010), *O Exemplo* apresentava em suas páginas diversos assuntos que contribuíam para o fortalecimento da gente de cor e defesa de seus interesses. Os assuntos nos primeiros números variavam entre queixas de tributação de impostos sobre o trabalho das lavadeiras, divulgação de medidas para prevenção da cólera, divulgação do casamento civil, defesa da moralização da imprensa e a intervenção perante a mudança dos dias de funcionamento do comércio na cidade – fato que prejudicava os trabalhadores de baixa renda que recebiam aos sábados e compravam alimentos para sua família aos domingos, dia em que os comércios fechavam. *O Exemplo* ainda trazia traduções e textos literários em suas páginas; educação, saúde, lazer, política, economia e trabalho também eram considerados assuntos de interesse da população negra de Porto Alegre.

Na edição especial de aniversário d’*O Exemplo*, Arthur de Andrade ressaltou-o como um “jornal literário, crítico e noticioso” (*O Exemplo*, 11 dez. 1893, p.1). O jornal mantinha-se em diálogo constante com o meio social negro, através das colunas-seções “Alfinetadas”, “Mexericando”, “Ferroadas”, “Carapuças” e “Pauladas”, estas eram repletas de zombarias sobre o comportamento de pessoas da comunidade facilmente identificadas (PINTO, 2010).

#### 4.1.2 Os fundadores

Maria Angélica Zubarán apresenta em sua pesquisa “História, Acervo e Protagonismo Negro no Jornal *O Exemplo* (1892-1930)”, o envolvimento de famílias negras na condução do jornal, bem como a presença de biografias negras que “demonstram que estabelecer laços familiares, trabalhar regularmente e educar-se eram estratégias de inclusão social que faziam parte da trajetória de vida dos afro-rio-grandenses e evidenciam o protagonismo negro em Porto Alegre/RS nesta época” (2016, p. 8).

Três famílias negras estiveram ligadas ao periódico durante sua existência. A primeira delas é a família Bittencourt, composta pelo patriarca Aurélio Veríssimo de Bittencourt, dirigente do *Jornal do Commercio* e Prior da Arquiconfraria do Rosário, pai dos fundadores do jornal *O Exemplo*, Aurélio de Bittencourt Júnior e Sérgio de

Bittencourt, além do neto Dário de Bittencourt, diretor do jornal entre 1920 a 1930. A família Felizardo de Araújo, proprietária da barbearia onde nasceu *O Exemplo*, também teve importância significativa no periódico, composta pelo pai Calisto Felizardo de Araújo, Tesoureiro da Irmandade do Rosário, e seus filhos Esperidião Calisto e Florência Calisto, ambos fundadores do jornal (MULLER, 1999).

Segundo Zubaran (2016), a família Baptista da Silva também esteve diretamente ligada ao periódico. João Baptista da Silva, o pai, foi membro do Grupo Mantenedor do Jornal *O Exemplo* e Prior da Irmandade do Rosário; o filho mais velho Felipe Baptista da Silva entrou para o jornal em 1917, atuando como diretor tesoureiro e em seguida passou a fazer parte do Grupo Mantenedor; o segundo filho João Baptista da Silva Júnior entrou no jornal em janeiro de 1917 assumindo o cargo de diretor e permaneceu até seu falecimento prematuro em 1920.

**Figura 7 – Família Bittencourt**



Esquerda para a direita: Aurélio Veríssimo de Bittencourt, Aurélio Veríssimo de Bittencourt Júnior e Dário de Bittencourt

Fonte: Zubaran (2016, p.14).

**Figura 8 – Família Baptista da Silva**



Esquerda para direita: João Baptista da Silva, Felipe Baptista da Silva e João Baptista da Silva Júnior

Fonte: Zubaran (2016, p.14)

Os primeiros encontros que resultaram na fundação do jornal *O Exemplo* eram realizados pelos jovens negros: Arthur Gama, Arthur de Andrade (redator e editor), Marcílio Freitas (diretor-gerente), os irmãos Aurélio Bittencourt Júnior e Sérgio Bittencourt, os irmãos Esperidião Calisto e Florêncio Calisto e Alfredo Souza. Além da fundação do jornal, os jovens desempenhavam diferentes atividades laborais, alguns eram funcionários públicos, como Arthur Gama, que era funcionário do Tesouro do Estado, Arthur de Andrade, funcionário público dos Correios, Marcílio Freitas, funcionário público dos Correios e depois da Fazenda. Já Esperidião Calisto e Florêncio Calisto eram barbeiros de profissão e abrigavam a produção do jornal em seu próprio local de trabalho (ZUBARAN, 2015).

Conforme Zubaran (2015), ao longo dos anos o jornal foi reunindo novos membros, entre eles estão: Pedro Tácito Pires, Clemente Gonçalves de Oliveira, João Baptista de Figueiredo, Arnaldo Dutra, Baptista Júnior, Felipe Baptista, Júlio da Silveira, Januário Souza, Argemiro Salles, Antônio Lourenço, Dário de Bittencourt, Alcebídes Azevedo dos Santos, Henrique Martins e outros.

## 4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada nesta pesquisa é a análise de conteúdo, desenvolvida por Laurence Bardin. Conforme a definição de Bardin (2010, p.44) a análise de conteúdo é

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Ou seja, trata-se de um método destinado à investigação de fenômenos simbólicos por meio de técnicas de pesquisa. Bardin (2010) organiza o método de análise em três fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos e sua interpretação.

A fase de pré-análise consiste na organização do que se pretende estudar, uma sistematização das ideias iniciais em direção a um esquema preciso de desenvolvimento das operações seguintes para, posteriormente, torna-se um plano de análise (BARDIN, 2010). Por isso, a pré-análise pode ser considerada o processo mais importante, através dela serão estabelecidos os objetivos da investigação e os indicadores que fundamentam a interpretação final. Bardin (2010) afirma que a primeira atividade da pré-análise consiste na “leitura flutuante”, ou seja, estabelecer contato com os documentos a serem analisados para conhecê-los superficialmente, além de, nesse momento, definir um *corpus* respeitando as regras de exaustividade (acesso a todos os elementos do *corpus*), de homogeneidade (documentos da mesma natureza) e de pertinência (documentos adequados ao objetivo de análise). Antes da análise propriamente dita, ainda é necessário a realização da última etapa desse processo: a preparação do material a ser analisado.

A segunda fase é a exploração do material, que consiste na efetivação sistemática das decisões tomadas anteriormente. Essa fase compreende operações de codificação, decomposição ou enumeração. A terceira e última fase da metodologia de Bardin é o tratamento dos resultados obtidos e sua interpretação. Através dela, os resultados brutos são tratados com operações estatísticas simples ou mais complexas, permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras

e modelos que resumem e põem em destaque as informações fornecidas pela análise.

A metodologia de Análise de Conteúdo foi escolhida para esta pesquisa devido à possibilidade de identificar os conteúdos mais recorrentes e explorá-los nas mensagens que compunham o jornal, levando em consideração todos os exemplares do período recortado. Esse método também é muito utilizado nas pesquisas de comunicação, por se basear em procedimentos que são aplicados igualmente a todo o conteúdo a ser analisado, de acordo, também, com a proposta dessa pesquisa.

### 4.3 PRÉ-ANÁLISE

Neste trabalho, durante a fase de pré-análise foram realizados todos os passos propostos por Bardin (2010) e explicados anteriormente. Ao descobrir a existência de uma imprensa negra no Rio Grande do Sul, mais informações foram obtidas sobre os jornais que a compõem, com preferência aos veículos de Porto Alegre. *O Exemplo* como jornal precursor da imprensa negra no estado e referência na capital foi a escolha para a pesquisa, então, inicia-se a primeira atividade da pré-análise, a “leitura flutuante”. A leitura foi realizada com os jornais disponíveis no *Museu da Comunicação Hipólito José da Costa*<sup>9</sup>, no entanto, a coleção do Museu estava incompleta, impossibilitando a preservação da regra de exaustividade, pois não teria como definir um *corpus* e acessar todas as edições dele, além da regra da homogeneidade, os documentos eram de fases diferentes do jornal.

Então, apresenta-se o projeto “O Direito às memórias negras: Preservando o patrimônio afro-brasileiro nas coleções do jornal *O Exemplo* (RS) (1892-1930)”, que se trata de um acervo digital com todas as edições disponíveis. Através deste acesso, é possível definir o *corpus* de análise com todas as edições da primeira fase de *O Exemplo* que circularam durante o século XIX (1892 a 1897).

Em seguida, conforme aponta a metodologia de Bardin (2010), parte-se para a formulação dos objetivos da análise. Mesmo antes da leitura dos exemplares, já

---

<sup>9</sup>O Museu da Comunicação Hipólito José da Costa é uma instituição cultural voltada para a conservação, a pesquisa e a divulgação da história da Comunicação Social no Rio Grande do Sul. Sua localização é Rua dos Andradas, nº 959, Porto Alegre (RS). Site: <http://www.museudacomunicacao.rs.gov.br/site/>

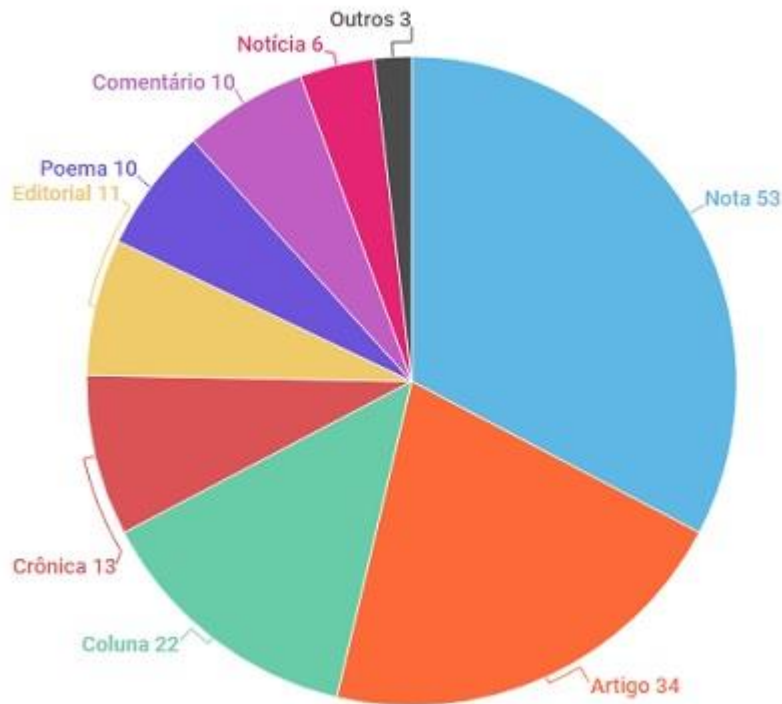


observa-se que de alguma forma o jornal apresentaria questões raciais, visto que foi considerado um jornal da imprensa negra no pós-abolição do Brasil. Sendo assim, o objetivo consiste em analisar os textos das primeiras páginas d' *O Exemplo* (entre 1892 e 1897) para identificar quais e como eram abordadas as questões étnico-raciais.

As edições do século XIX, incluindo as especiais, selecionadas para análise totalizaram 52 capas. A partir desse levantamento, o material foi organizado e catalogado em onze categorias: título do jornal, data, título do texto (se houver), seção, página, gênero textual, tema, acontecimento, personagens, instituições e lugares (cidades ou espaços da cidade). Nessa observação, foram encontrados 162 textos (com e sem título), que foram divididos em 11 gêneros textuais, seguindo as definições de Marques de Melo (1994; 2003): nota, coluna, artigo, editorial, poema, comentário, notícia, crônica, folhetim, reclame e errata. Em cada texto foi identificado de um até três temas, relacionados ou não com a temática racial. Além disso, a presença de personagens, de instituições e de lugares nas publicações foram instáveis, o aparecimento de personagens ocorreu em 108 textos, as instituições foram citadas em 59 matérias e as referências a lugares apareceu em 90 textos.

#### 4.4 EXPLORAÇÃO DO MATERIAL

**Gráfico 1: Gêneros textuais**



Fonte: Elaborado pela autora

O gráfico 1 apresenta os 11 gêneros textuais detectados nos 162 textos analisados. A identificação dos gêneros textuais se deu através dos conceitos apresentados por Marques de Melo (1994; 2003). Conforme mostra o gráfico, 53 textos correspondem ao gênero nota, ou seja, 32,72% dos gêneros textuais que aparecem n' *O Exemplo* são notas.

Para Marques de Melo (1994, p. 65), a “nota corresponde ao relato de acontecimentos que estão em processo de configuração”, o autor ainda menciona que seu uso é mais frequente em rádio e televisão. No jornal *O Exemplo*, as notas têm os seguintes conteúdos: felicitações por aniversários, casamentos, nascimentos, falecimentos, viagens, conquistas pessoais, prestação de serviços e festividades. Pinto (2010) afirma que esses espaços eram preenchidos mediante a pagamentos, o que auxiliava o jornal a captar recursos extra-assinaturas e expandir seu alcance na rede social a qual se ligava.

Além dos assuntos já mencionados, a coleção d' *O Exemplo* do século XIX apresentava, por vezes, notas informativas sobre o próprio jornal, como na ocasião em que ocorreu o empastelamento d' *O Mercantil*

Um átomo da imprensa rio-grandense, *O Exemplo*, lavra seu protesto contra o empastelamento do *Mercantil* já porque a imprensa está hoje ao abrigo de leis especiais, já porque o amordaçamento, o empastelamento e outras quejandas violências são coisas contrárias aos nossos costumes de povos civilizados (*O Exemplo*, 12 mar. 1893, p.1).

Já as notas de felicitações de aniversário, que eram as mais recorrentes nas edições, tinham configuração semelhante a essa: “Completa amanhã mais um ano de existência o laborioso operário Gonçalo Domingues de Menezes pelo que enviamos-lhe cumprimentos” (*O Exemplo*, 2 abr. 1893, p.1).

Muito comum nos periódicos do século XIX, o gênero artigo apareceu em 34 textos d' *O Exemplo*. Conforme a conceituação de Marques de Melo (2003, p. 121) trata-se de “uma matéria jornalística onde alguém (jornalista ou não) desenvolve uma ideia e apresenta sua opinião”. A maior parte dos artigos presentes no jornal abordavam as questões raciais, envolvendo preconceito racial, violência policial, desigualdades e segregação, conforme o trecho de “Em nosso posto”:

Motivam esses juízos o orgulho vil e mesquinho de certas sociedades bailantes, existentes em Porto Alegre, as quais, de comum acordo, resolveram que os salões por elas frequentados não podiam ser cedidos a sociedades de pardos. Essa medida coibitiva de liberdade do proprietário, que, por interesses superiores, restringe-se ao contrato, revela bem alto a falta de altruísmo dessas sociedades e patenteia o retardado progresso intelectual de seus membros (*O Exemplo*, 18 jun. 1893, p.1).

Outra característica da grande presença dos artigos é a continuação de alguns textos, a exemplo de “As beneficencias” que apareceu por 5 vezes até o autor concluir o assunto que iniciou na primeira aparição, neste caso, as precariedades das instituições beneficentes.

Outros artigos como “Pelo dever”, “Actualidade” e “A questão do ensino II” fomentavam fortemente em suas linhas o ensino da população negra e estimulavam a luta dos negros por seus direitos reconhecidos, conforme o trecho do artigo “Actualidade I”:

Hoje, que o direito fraterno assiste - aos homens de côr como membros da comunhão brasileira, - cumpre-nos, sendo descendentes dessa raça, colaborar para o complemento da grande obra da civilização moderna,

mostrando-lhe o caminho da instrução em cuja a estrada se encontra a entrada do edifício da igualdade social (O Exemplo, 25 jun. 1893, p.1).

O gênero coluna foi identificado em 22 textos. Sua presença nas primeiras páginas se deu pelo diálogo que o jornal mantinha com o meio social negro, algumas destas colunas eram compostas por troças e gracejos sobre o comportamento de pessoas da comunidade, como a “Ferroadas” e a “Pauladas”. Habitualmente, as colunas relatavam as relações cotidianas, principalmente entre homens e mulheres, abordando amor e traição, como no seguinte extrato:

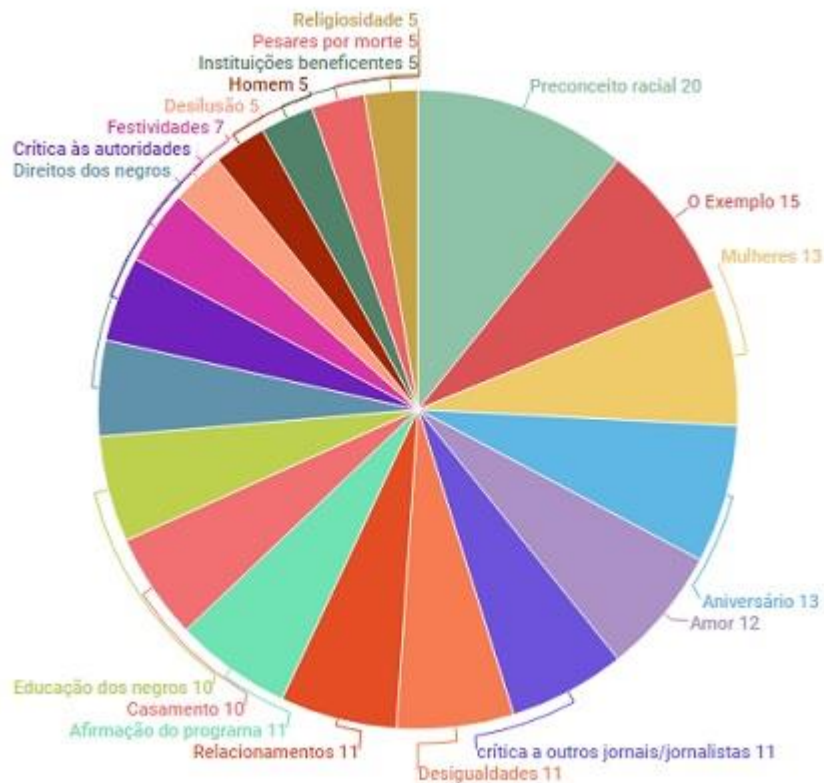
Tenho provada à saciedade que o homem é naturalmente polígamo e muito mais infiel, caprichoso e libertino do que a mulher; por outro lado, que a mulher ama e deseja encontrar no homem um fecundador, um defensor para sua progênie ou um protetor para a sua fraqueza, almejando estar segura da firmeza e afeição de quem garante amá-la (O Exemplo, 25 mai. 1983, p.1).

Os demais gêneros textuais identificados nas capas d’*O Exemplo* obtiveram números de aparições muito próximos, bem como assuntos semelhantes. A crônica (13) e o poema (10) apresentam temáticas sobre relacionamento, mulheres e amor; editorial (11) aborda o próprio jornal como tema; comentário (10) e notícia (6) apresentaram algumas temáticas de denúncia da má conduta das autoridades, violência e crítica a jornais ou jornalistas; como no seguinte trecho da notícia “Prisão e ferimento” que denuncia a má conduta das autoridades ao abordar Abel e Ihe dar voz de prisão, quando o mesmo chegava em sua casa. Assustado com a abordagem ele corre e os policiais atiram contra ele:

Às 11 horas da noite de 20 do corrente, quando recolhia-se pacificamente para a sua casa o cidadão Abel Cunha, duas praças da Guarda Municipal deram-lhe voz de prisão, na travessa do Lyceu, próximo a rua da Concórdia. Ato contínuo, Abel disparou, sendo então dados pelas mesmas praças dois tiros de pistola, um dos quais quase atingiu-lhe um braço. É um fato revoltante e que vem provar a incompetência dos agentes da força pública no serviço de policiamento da cidade (O Exemplo, 24 dez. 1893, p.1).

O item Outros que também aparece no gráfico corresponde a 3 gêneros diferentes, com uma aparição cada, são eles: o folhetim, a errata e o reclame.

Gráfico 2: Temas



Fonte: Elaborado pela autora

O gráfico 2 contempla os temas que mais apareceram nas edições analisadas, no entanto, devido a quantidade de temas por texto (entre um e três) e a desproporcionalidade que causaria no gráfico, os temas que apareceram menos de 5 vezes não foram representados. A falta de inclusão dos temas no gráfico não significa que os mesmos não serão considerados nesta análise, até mesmo porque foram 40 temas identificados, sendo que 3 deles apareceram 4 vezes, 5 apareceram 3 vezes, 11 temas 2 vezes e 21 temas 1 vez.

O tema mais presente entre os textos analisados foi o preconceito racial, que apareceu 20 vezes. Como já mencionado, *O Exemplo* foi um jornal da imprensa negra que se enquadrava nessa categoria por abordar questões raciais. Através da identificação do tema de preconceito racial com maior ocorrência, percebemos que o jornal exibia o cenário da população negra da época e esta era exposta a situações de constrangimento público em razão de suas características físicas, pois essas características eram julgadas com base nos valores depreciativos atribuídos a

ascendência africana (PINTO, 2010). Ou seja, o preconceito racial abordado pelo jornal era composto por denúncias de discriminação e injustiças cometidas contra os homens e mulheres de cor.

A cor é, as mais das vezes, a razão única dada à violência feita a nossa liberdade individual, a afronta atirada ao nosso amor próprio; portanto, devemos assentar as armas da inteligência contra o preconceito que justifica a nossa presença uniforme nos arraiais do jornalismo, o qual é o cancro da nossa autonomia moral, o preconceito de raça oficialmente instituído, tendo por base a cor (O Exemplo, 12 mar. 1893, p.1).

O preconceito racial presente nas capas d' *O Exemplo* era acompanhado por outros temas de destaque, afinal, um assunto por vezes desencadeava o outro, são eles: desigualdades (11), educação dos negros (10), direito dos negros (9) e crítica às autoridades (8); a relação e a presença destes temas reforça o objetivo do jornal: a defesa das pessoas negras.

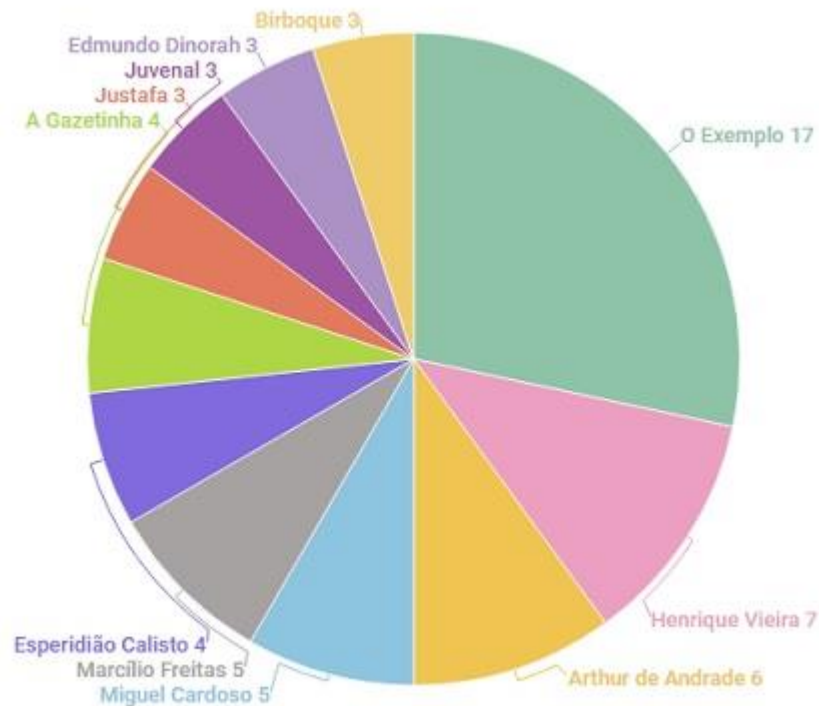
Com a mesma intenção de difamação originada no preconceito racial, o tema de afirmação do programa, presente em 11 textos, reafirmando constantemente o motivo de existência d' *O Exemplo*, afinal alguns periódicos da imprensa e cidadãos da comunidade lutavam por sua desmoralização. O segundo tema que mais apareceu, *O Exemplo* (15), também está relacionado a motivações contrárias à existência do jornal, pois quando o periódico é o protagonista está pontuando e/ou respondendo a alguma dessas manifestações.

Ainda com destaque os temas mulheres (13), amor (12), relacionamentos (11), desilusão (5) e homem (5) têm relação entre os textos aos quais pertencem, pois são abordados em algumas das colunas. A elevada presença do tema mulheres é resultado da publicação das colunas “Ferroadas”, “Pauladas” e “Correspondendo”, além de alguns dos poemas e crônicas.

Quem é essa flor perfumada, frágil, delicada, angelical; esse venerando vulto dotado pela fé com sobre humanas forças, que no meio dos tratos mais cruéis entoa em altas vozes cânticos ao Senhor, e, para renascer eternamente sabe morrer por ele? É a mulher mártir (O Exemplo, 15 jul. 1894, p.1).

A presença dos temas: aniversário (13), casamento (10), festividades (7), pesares por morte (5) e religiosidade (5) também podem estar relacionadas ao gênero de notas, identificadas no gráfico anterior sobre gêneros textuais.

Gráfico 3: Personagens



Fonte: Elaborado pela autora

No gráfico 3 estão representados os personagens e o número de vezes em que eles aparecem nos textos do jornal, no entanto, assim como no gráfico anterior, optamos por não incluir os personagens que aparecem menos de 3 vezes. A quantidade de personagens citados uma ou duas vezes nos textos passa de 180, ou seja, a inclusão dos mesmos deixaria o gráfico desproporcional.

Os gráficos anteriores apresentaram sutilmente a significativa presença d'O *Exemplo* como principal assunto de suas publicações, seja em afirmação de seu programa, promovendo as assinaturas ou exaltando a sua colaboração à imprensa. O jornal também apresenta uma característica considerada contemporânea do sistema de mídia: a autorreferenciação. O *Exemplo* aparece como personagem dos textos em 17 vezes, representando em mais de 28% o número de aparecimentos de outros personagens do gráfico.

Aqueles não nos repelirão porque compreendem que a causa que abraçamos é santa, justa e natural e consentem que todo o homem tem o direito de pugnar pelos seus direitos postergados. - E esse é o fim principal para o qual foi criado O *Exemplo* (O Exemplo, 11 dez. 1892, p.1)

Os personagens Henrique Vieira e Arthur de Andrade apareceram 7 e 6 vezes respectivamente, devido a troca de respostas dos jornalistas através de textos n' *O Exemplo*. Arthur escreve a primeira publicação da coluna "Correspondendo" para dizer que concorda com a opinião de Henrique Vieira que critica Justafa, pseudônimo de Arthur, devido ao que ele vinha escrevendo sobre as mulheres, na coluna "Ferroadas", culpando-as de forma pejorativa por crimes dos homens. Ao longo dos dias, Arthur segue em mais colunas dialogando com Henrique, pois em certo momento já passa a discordar do colega.

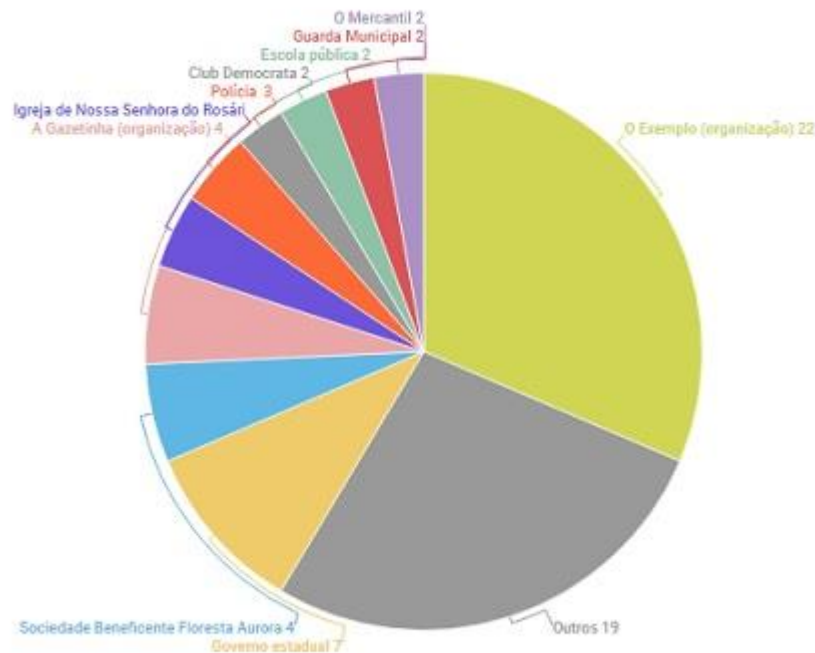
Leitores d' *O Exemplo*, o modesto Justafa foi chamado a contas pelo inteligente escritor Henrique Vieira. A pena diamantina desse prosador primoroso traçou um artigo em que aniquilou por completo a mulher, elemento necessário para a vida do homem (*O Exemplo*, 23 abr. 1893, p.1).

Os personagens Miguel Cardoso (5), Marcilio Freitas (5) e Esperidião Calisto (4) são redatores do jornal, seus nomes aparecem, pois os mesmos se colocam como personagens dos textos, ao responder ou receber uma crítica de algum dos colegas, como aconteceu com Miguel Cardoso - após escrever três vezes um artigo, foi mencionado em outras críticas. Uma das estratégias consiste na inserção dos redatores como personagens para conferir credibilidade ao texto.

O jornal *A Gazetinha* (4) e o seu colaborador Edmundo Dinorah (3) aparecem nas páginas d' *O Exemplo* devido a uma ofensa que Dinorah fez a Arthur de Andrade, com relação a cor de sua pele. Juvenal (3) e Justafa (3) são personagens que aparecem inseridos nas histórias do jornal, assim como Justafa, Birboque (3) também é um pseudônimo para assinar as publicações.



**Gráfico 4: Instituições**



Fonte: Elaborado pela autora

O gráfico 4 apresenta as instituições que mais apareceram nos jornais analisados. A primeira delas, presente em 22 textos foi a organização *O Exemplo*, como identificado nos gráficos anteriores, o periódico fala muito de si. No entanto, diferente do gráfico anterior que considerou as publicações em que *O Exemplo* está posto como personagem do texto, essa análise considera as suas menções como instituição, ou seja, aqueles textos que o jornal aparece como instituição podendo ou não ser personagem. Conforme o trecho do reclame “Farpas”, no qual *O Exemplo* é citado apenas como instituição

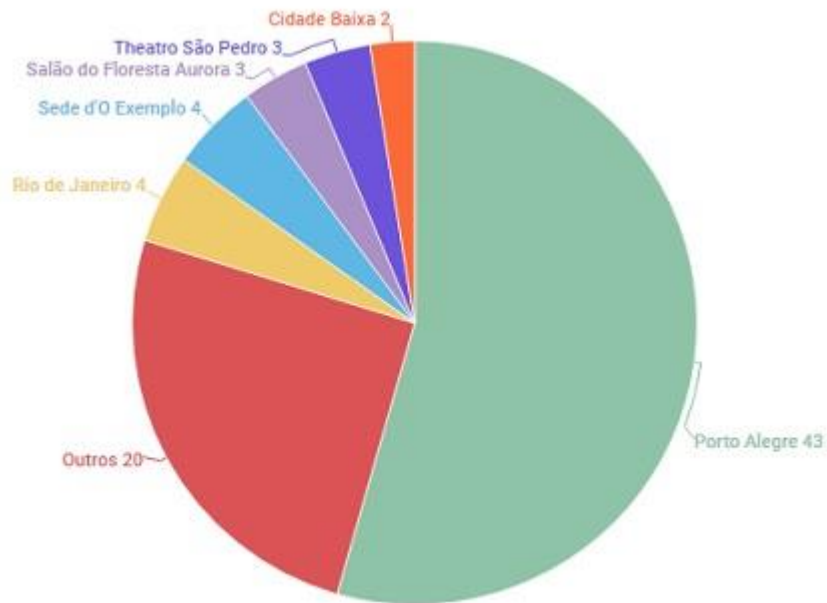
Não é sem grande embaraço que venho colaborar numa das colunas do *Exemplo*, atenta a escassez de tempo para desempenhar a minha missão e, mais que tudo, à pobreza intelectual. Entretanto, cedendo às solicitações da minha ilustre colega, Exma. Sra. D. Celina Buz, a cuja gentileza sou minimamente grato, procurei servir às leitoras na alçada das minhas diminutas forças (O Exemplo, 02 abr. 1893, p.1).

Como observado em outros gráficos, a crítica às autoridades de justiça esteve presente nas linhas d’*O Exemplo*, devido a sua conduta em relação a população negra da época. Além disso, ainda aparecem o governo estadual (7), a polícia (3) e a Guarda Municipal (2) entre as mais mencionadas. Ou seja, o jornal fez menção a

essas instituições com o intuito de apontar diretamente os responsáveis por cada ocorrência, incluindo as escolas públicas (2) em relação ao ensino de crianças negras: “O governo que tem criado aulas públicas, onde possam os filhos do povo encontrar os rudimentos fundamentais para um mais proveitoso estudo, não cogitou da separação ou exclusão de classes, por diversidades de raça” (O Exemplo, 08/01/1893, p.1).

A Sociedade Beneficente Floresta Aurora aparece por 4 vezes nas páginas d’O *Exemplo*, através de promoções de bailes e festividades ou denúncias de preconceito racial sofrido dentro do espaço. Ainda aparecem a igreja de Nossa Senhora do Rosário (3), sede da irmandade de Nossa Senhora do Rosário, o jornal *A Gazetinha* (4), também identificado no gráfico anterior como personagem, e *O Mercantil* (2), mencionado como organização (tipografia e jornal).

A categoria Outros compreende as instituições que apareceram uma vez nos textos, ou seja, são 19 instituições mencionadas uma vez apenas. De modo geral, essas instituições são sociedades e associações de base negra, igrejas de Porto Alegre e Clubes recreativos.

**Gráfico 5: Lugares**

Fonte: Elaborado pela autora

O gráfico 5 explora os lugares, cidades e espaços na cidade, identificados nos textos do jornal *O Exemplo*. Ao realizarmos esse levantamento descartamos as menções a países, estados ou continentes, considerando apenas as cidades e espaços dela.

Portanto, o lugar mais citado nas edições do periódico é a cidade de Porto Alegre; a capital dos gaúchos e local de origem d'*O Exemplo*. Porto Alegre é mencionada 43 vezes, correspondendo a mais de 54% dos lugares que o gráfico abrange. Em algumas das publicações a identificação da cidade não é feita pelo nome, mas é chamada, por exemplo, de “a capital”. A segunda cidade mais frequente nas capas analisadas é o Rio de Janeiro (4), a capital do império que, após a proclamação da República, em 1889, se estabelece como capital do país até o ano de 1960.

Os espaços da cidade encontrados nos textos referem-se a pontos de Porto Alegre. A sede do jornal *O Exemplo*, localizada na Rua das Andradas nº 247, aparece por 4 vezes nos jornais. O salão da Sociedade Floresta Aurora, onde ocorriam as festividades citadas no jornal, e o Theatro São Pedro, localizado na

Praça Mal. Deodoro S/N, aparecem 3 vezes cada. A Sociedade Floresta Aurora permanece em funcionamento até hoje, em um novo endereço depois de sua sede passar por diversas ruas, devido a situações de racismo atualmente seu endereço é Estrada Afonso Lourenço Mariante nº437, no bairro Lomba do Pinheiro, assim como o Theatro São Pedro que continua aberto no mesmo endereço da época, ambos em Porto Alegre.

Já a Cidade Baixa aparece por 2 vezes nas edições; como aponta Pinto (2010), o bairro Cidade Baixa, na segunda metade do século XIX, é um dos pontos de Porto Alegre com o maior contingente de negros, junto aos atuais bairros Bom Fim, MontSerrat, Rio Branco e Três Figueiras, chamados na época de Colônia Africana. O item Outros, com 20 menções, corresponde a lugares que apareceram uma vez nos textos, esses locais são também outras cidades do país, mas principalmente ruas de Porto Alegre.

Como já mencionado, os dados referentes a estado, país e continente não foram incluídos no gráfico para não comprometer a análise, que se propôs a observar cidades e espaços da cidade. No entanto, apresentamos um panorama geral dos mais citados: entre os estados, o mais citado foi o Rio Grande do Sul com 9 menções, o país foi o Brasil, com 15 menções e os continentes são América do Sul e Europa, ambos com dois aparecimentos cada. No entanto, não deixaremos de mencionar a única vez em que o continente africano aparece, citado como a pátria de homens naturalmente livres:

Bem latente nos está ainda a lembrança do cativo no Brasil. Ainda se nos confrange o coração ao recordarmos as penas que a mais estulta e famigerada perversidade criara para a tortura dos míseros escravos, aliás homens naturalmente livres como os que mais o eram, mas a quem as ambições desmarcadas e instintos ferozes arrancaram de sua Pátria, de sua família e de sua liberdade (O Exemplo, 13 mai.1893, p.1).

O artigo fez parte da edição especial de 13 de maio de 1893 d' *O Exemplo*, marcando os 5 anos de assinatura da Lei Áurea, que extingue legalmente a escravidão no Brasil.

#### 4.5 RESULTADOS OBTIDOS E INTERPRETAÇÃO

A partir da exploração dos gráficos foi possível identificar as características das categorias analisadas e construir alguns comparativos entre elas. Para interpretar os dados obtidos foi necessário observar além dos destaques de cada categoria, pois mesmo os itens citados poucas vezes contribuíram para a compreensão dos resultados daquela ou de outra categoria.

As categorias de gênero textual e tema colaboram na formação e na compreensão da linha editorial do jornal, visto que orienta os “modos” como cada texto será redigido e influencia na construção de suas mensagens. *O Exemplo* como um veículo de comunicação da imprensa negra buscava valorizar, defender os direitos e incluir socialmente a população negra. Conforme aponta o gráfico 1, a maior parte dos textos do jornal são notas que abordam temas sociais como aniversários, casamentos, religiosidade ou outras festividades. No entanto, esses temas não são os que mais apareceram nas capas analisadas (gráfico 2), mesmo diretamente ligados ao gênero de nota que aparece por 53 vezes. O tema mais presente nas publicações foi o preconceito racial, contido nos artigos.

A exemplo do artigo “Por um vexame” que apresenta os temas relacionados entre si (preconceito racial, o direito dos negros, desigualdades e crítica às autoridades), pois retrata a abordagem policial abusiva e preconceituosa feita com Esperidião Calisto quando ele chegava em sua casa à noite. O artigo ainda menciona como personagem um dos redatores do jornal, fato comum no material analisado; a instituição é a polícia e o lugar as ruas de Porto Alegre, marcadas pela presença negra e constantemente retratadas no jornal:

Assim como o privilégio é a peia de todos os princípios liberais, o preconceito de raças tem sido até hoje a mangra que danifica os nossos direitos.

A cor é, as mais das vezes, a razão única dada a violência feita a nossa liberdade individual, a afronta atirada ao nosso amor próprio; portanto, devemos assestar as armas da inteligência contra o preconceito que justifica a nossa presença uniforme nos arraiais do jornalismo, o qual é o cancro da nossa autonomia moral, o preconceito de raça oficialmente instituído, tendo por base a cor (*O Exemplo*, 12 mar.1983, p.1).

Os resultados extraídos das categorias de personagens e instituições demonstram como *O Exemplo* falava de si durante o século XIX, seja propriamente

como tema do texto, como personagem ou somente como organização/instituição. Nas ocasiões em que foi tema ou personagem, os textos retratavam o periódico por suas características, desejos, objetivos ou apenas por sua presença, como nos textos de apresentação do jornal, defesa contra seus detratores e outros. Quando foi mencionado como instituição, *O Exemplo* aparece pelos seus fins enquanto órgão da imprensa:

Não é sem grande embaraço que venho colaborar numa das colunas do *Exemplo*, atenta a escassez de tempo para desempenhar a minha missão e, mais que tudo, à pobreza intelectual. Entretanto, cedendo às solicitações da minha ilustre colega, Exma. Sra. D. Celina Buz, a cuja gentileza sou minimamente grato, procurei servir às leitoras na alçada das minhas diminutas forças (*O Exemplo*, 02 abr. 1893, p.1).

O momento histórico vivido naquela época foi de esperanças para os negros, afinal, a escravidão havia chegado ao fim e a República se instaurava com promessas que geravam grandes expectativas de igualdade. No entanto, não foi isso que aconteceu, a segregação com negros, até dentro das escolas, estava muito presente; em suas páginas *O Exemplo* trazia as denúncias e estimulava os negros a se instruírem. Como no trecho do artigo “A quem toca”:

Estamos em pleno regime democrático; no entanto não nos é dado ainda gozar os laços e benéficos que derivam desse salutar sistema governativo.

Há como que uma obsessão no espírito de várias entidades sociais que as leva à má compreensão de que não somos todos iguais perante a lei, a qual estabelece para todos, sem distinção de raças, um incontestável direito às suas vantagens e garantias (*O Exemplo*, 08 jan. 1893, p.1)

Através do gráfico que apresenta os lugares mais citados n’*O Exemplo*, observamos, como salienta Pinto (2010, p. 144-145), que “mulheres e homens negros viveram intensamente a cidade de Porto Alegre nos últimos anos do século XIX”. A capital que aparece por tantas vezes nas capas do jornal é citada em diversos gêneros textuais e temas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a fazer uma análise dos conteúdos do jornal *O Exemplo* durante a sua primeira fase de circulação, que compreende o final do século XIX, de 1892 a 1897. Deste modo, o objetivo principal do estudo foi identificar quais e como eram abordadas as questões étnico-raciais na primeira página dos exemplares durante o período mencionado. Além disso, o trabalho compreendeu os seguintes objetivos específicos: explorar as temáticas mais presentes nas capas das edições organizadas para a pesquisa, identificar o contexto histórico e social de surgimento e circulação do jornal *O Exemplo*, entender como a folha abordava a presença do negro naquele contexto e compreender a linha editorial do jornal.

*O Exemplo* é um importante veículo da imprensa, considerando sua contribuição para preservação e valorização das memórias negras. O descobrimento da existência desta mídia, nascida em um período marcado pelos processos de pós-abolição no Brasil, levam ao desenvolvimento dessa pesquisa, afinal, o objeto de análise foi pouco aprofundado em estudos acadêmicos. As pesquisas iniciais a respeito da imprensa negra do Rio Grande do Sul, logo revelam um jornal nascido na capital e de importância fundamental para a resistência negra do estado. Considerando que naquele contexto não havia clareza no conceito de capa, a primeira página de cada número foi escolhida para análise, pois incorporava os assuntos mais relevantes considerados pela Redação, no entanto, devido a inconstância do jornal em algumas edições, foi necessário analisar as demais páginas para compreender o texto que seguia sua continuação.

Após as primeiras leituras e análise dos exemplares foi possível perceber que o material iria fornecer dados relevantes para a consideração dos objetivos propostos no início do estudo. O objetivo principal contemplou a presença das questões étnico-raciais nas edições analisadas, os textos forneceram indícios da vida do negro na Porto Alegre do século XIX - vivendo incontestáveis situações de discriminação racial, com seus direitos sociais negados, com limitações ao acesso à educação pública, direito de ir e vir ameaçado e sofrendo com o descaso do governo. Os objetivos específicos contemplam os seguintes aspectos: Protagonismo dos negros nas páginas d'*O Exemplo*, eles estavam no meio social e tinham

representatividade, além de estarem informados e aqueles que não sabiam ler recebiam de seus pares as informações (BARBOSA, 2013); A compreensão dos contextos histórico e social para o surgimento do jornal e o entendimento dos processos étnicos-raciais no Brasil e no Rio Grande do Sul, se deu através da apresentação dos capítulos teóricos, afinal os mesmos apresentaram um panorama da inserção e permanência do africano neste país; posteriormente compreendemos os modos de resistência organizados pela população escravizada e livre, entre eles a criação da imprensa negra.

A metodologia utilizada foi a Análise de Conteúdo de Bardin (2010), constituindo um *corpus* que foi catalogado por título do jornal, data, título do texto (quando havia), seção, página, gênero textual, tema, acontecimento, personagens, instituições e lugares (cidades ou espaços da cidade). A análise quantitativa contemplou, primeiramente, a catalogação dos exemplares para, posteriormente, compreender as categorias: gêneros textuais, seguidos dos temas, personagens, instituições e lugares; quantificados através de gráficos. Após, estabeleceu-se a análise qualitativa, desenvolvida também durante a apresentação dos gráficos e aprimorada através da análise comparativa das categorias, priorizando os conteúdos que envolviam a temática étnico-racial.

Sendo assim, esta pesquisa contribuiu imensamente para a minha formação; como futura profissional de comunicação, considero que é necessário conhecer os canais que colaboraram para o desenvolvimento da área em meu estado natal. Como profissional de Relações Públicas, considero relevante analisar um veículo de comunicação voltado para um público específico e com objetivos singulares de inserção no mercado, à medida que o órgão se propõe a inserir-se na imprensa para defesa da “classe das pessoas de cor” e do aperfeiçoamento de seus “medíocres conhecimentos”. Além disso, como mulher negra, é um privilégio contribuir para a preservação das memórias negras do estado, uma vez que esta exploração possibilita a valorização do povo negro que tanto contribuiu com o desenvolvimento deste país.



## REFERÊNCIAS

- A PÁTRIA do Negro no Estado do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Instituto Federal Sul-Riograndense, [entre 2015 e 2017]. Disponível em: <<https://passofundo.ifsul.edu.br/pdf/noticia580.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2018.
- ALBUQUERQUE, W. R; FILHO, W. F. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALONSO, Angela. **O abolicionista cosmopolita: Joaquim Nabuco e a rede abolicionista transnacional**. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002010000300004>> Acesso em: 04 out. 2018.
- ALVES, Francisco das Neves. O Periodismo gaúcho no século XIX: breves impressões históricas. **Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 23, n. 2, p.137-165, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/1312/596>>. Acesso em: 20 set. 2018.
- AMARAL, SharysePiroupo do. **História do negro no Brasil**. Ministério da Educação. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2011. Disponível em: <[http://209.177.156.169/libreria\\_cm/archivos/pdf\\_242.pdf](http://209.177.156.169/libreria_cm/archivos/pdf_242.pdf)> Acesso em: 08 set. 2018.
- BAHIA, Cristina. **Aprendendo a ser negro(a): representações sobre educação/instrução e pedagogias culturais no jornal O Exemplo (1892-1910)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2017. Disponível em: <<https://servicos.ulbra.br/BIBLIO/PPGEDUM228.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2018.
- BARBOSA, Marialva. **Escravos e o mundo da comunicação: oralidade, leitura e escrita no século XIX**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BARBOSA, Marialva. **História da comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BASTIDE, Roger. A imprensa negra do Estado de São Paulo. In: \_\_\_\_\_. **Estudos Afro-brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- BAKOS, M. M. . A escravidão negra e os farroupilhas. In: Sandra Pesavento; José Hildebrando Dacanal. (Org.). **A revolução Farroupilha: História e interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 124-138.

BAKOS, M.M. **RS: escravidão e abolição**. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1982.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**. Rio de Janeiro: Paz Terra, 1997.

CARVALHO, João Daniel Antunes Cardoso do Lago. O tráfico de escravos, a pressão inglesa e a Lei de 1831. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, Juiz de Fora, v. 7, n. 13, p. 95-114, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/Artigo-Jo%C3%A3o-Daniel-Carvalho1.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

CARVALHO, Kátia de. Imprensa e informação no Brasil, século XIX. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p.1-6, 1996. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/643/647>>. Acesso em: 19 set. 2018.

CORRÊA, Margarida Maria da Silva. **Da construção do olhar europeu sobre o novo mundo ao (re) descobrimento do reino tropical**. 1997. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) - Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997. Disponível em: <[https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/CORR\\_A\\_\\_Margarida\\_Maria\\_da\\_Silva.\\_1997.pdf](https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/CORR_A__Margarida_Maria_da_Silva._1997.pdf)>. Acesso em: 28 jul. 2018.

COSTA, Lidiana Justo da. “Retratos” dos personagens da ordem na província da Paraíba (1831-1850): cor, ocupação e condição civil. **Cadernos Imbondeiro**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p.1-13, 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ci/article/view/14138>>. Acesso em: 19 set. 2018.

DILLENBURG, Sérgio Roberto. **A imprensa em Porto Alegre de 1845 a 1870**. Porto Alegre: Sulina, 1987.

ERICKSEN, Nestor. **O sesquicentenário da Imprensa Rio-Grandense**. Porto Alegre: Sulina, 1977.

EUFRASIO, Bruna. **O 13 de Maio de 1888 nas linhas do Jornal O Exemplo (1920-1930)**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/170696>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

FERREIRA, Athos Damasceno. **Imprensa Literária de Porto Alegre no século XIX**. Porto Alegre: Edições Urgs, 1975.

GONÇALVES, Mariana Couto. A Voz Do Escravo : o eco transmissor da causa abolicionista Pelotense. **História em Revista**, Pelotas, v. 19, n. 19, p.236-245, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/12480>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

HOHLFELDT, A. A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1930. **E-Compós**, v. 7, n. 11, p. 1-12, 2006. Disponível em: <<http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/118/117>> Acesso em: 27 set 2018.

KROB, Bruna Emerim. **Libertos sob cláusulas de prestação de serviços: os contratos de trabalho estabelecidos a partir de cartas de alforria registradas nos cartórios de Porto Alegre em 1884**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de Licenciatura em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36946/000818633.pdf?...1>>. Acesso em: 02 set. 2018.

LEITE, Carlos Roberto Saraiva da Costa. A presença do negro na imprensa gaúcha: do Império à República. **Geledés**. [S.l:s.n.], 2015. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/a-presenca-do-negro-na-imprensa-gaucha-do-imperio-a-republica/>>. Acesso em: 15 out. 2018.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **Imprensa Farroupilha**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

MACHADO DA SILVA, Juremir. **História regional da infâmia: o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras (ou como se produzem os imaginários)**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2010.

MACHADO SILVA, Juremir. **Raízes do Conservadorismo Brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

MACHADO, Marli Aparecida. O Trabalho Escravo no Brasil: do período colonial aos dias atuais. In: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE**, 2014. Curitiba: SEED/PR., 2016. (Cadernos PDE, v. 1). Disponível em: <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2014/2014\\_uel\\_hist\\_artigo\\_marli\\_aparecida\\_machado.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uel_hist_artigo_marli_aparecida_machado.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2018. ISBN 978-85-8015-080-3

MARÇAL, João Batista. **A Imprensa Operária do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: João Batista Marçal, 2004.

MARQUES DE MELO, José. **História Social da Imprensa: fatores socioculturais que retratam a implementação da imprensa no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo Opinativo: Gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MORAES, Paulo Ricardo de. *Imprensa Negra Gaúcha: A Voz que não Cala*. In: ARI. **O povo negro no Sul**. Porto Alegre: Associação Rio-Grandense de Imprensa, 2002.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. 2.ed. São Paulo: Editora Ática, 1992.

MULLER, Liane Susan. **As Contas do Meu Rosário São Balas de Artilharia: irmandade, jornal e associações negras em Porto Alegre**. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NECKEL, Ângelo Jorge. A luta de esperidiãoocalisto contra o racismo no jornal o exemplo entre 1892 e 1905. In: ENCONTRO DE PESQUISAS HISTÓRICAS, 3., 2016, Porto Alegre. **Anais...** . Porto Alegre: Pucrs, 2016. p. 266 - 280.

OLIVEIRA, Ângela Pereira. A imprensa negra no Rio Grande do Sul e alguns de seus homens. **Espacialidades: Revista Eletrônica dos Discentes do Mestrado em História da UFRN**, Natal, v. 12, n. 2, 2017. Disponível em: <[https://cchla.ufrn.br/espacialidades/v12/dossie\\_8.pdf](https://cchla.ufrn.br/espacialidades/v12/dossie_8.pdf)>. Acesso em: 28 ago. 2018.

ORO, Ari Pedro. As religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul. **Debates do Ner**, Porto Alegre, v. 13, n. 9, p. 9-23, jun. 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/5244/2975>> . Acesso em: 22 ago. 2018.

PERUSSATTO, Melina. **Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892 – c. 1911)**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/183003>>. Acesso em: 06 set. 2018.

PERUSSATTO, Melina. O Exemplo, a imprensa e os homens "de cor" em Porto Alegre no pós-abolição. **Intellèctus**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p.28-47, 2018. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/viewFile/36014/25706>>. Acesso em: 06 set. 2018.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. 21.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa Negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6432/1/Ana%20Flavia%20Magalhaes%20Pinto.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2018

REVERBEL, Carlos; BONES, Elmar. **Luiz Rossetti: o editor sem rosto & outros aspectos da imprensa no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: L&PM, 1996.

REZENDE, Marcus Vinícius Drumond. **Abolição: Uma análise jurídica e política do fim da escravidão no Brasil**. Conteúdo Jurídico, Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.47088&seo=1>>. Acesso em: 03 set. 2018.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)**. 2014. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281205>>. Acesso em: 07 ago. 2018.

RUDIGER, Francisco Ricardo. **Tendências do Jornalismo**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SANTOS, José Antônio dos. Intelectuais negros e imprensa no Rio Grande do Sul: uma contribuição ao pensamento social brasileiro. In: SILVA, Gilberto Ferreira da e SANTOS, José Antônio dos (org.). **RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008.

SANTOS, José Antônio dos. **Prisioneiros da História: trajetórias intelectuais na Imprensa Negra Meridional**. 2011. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/3805>>. Acesso em: 04 ago. 2018.

SANTOS, Maria Gilda Antas dos. **A escravidão no Brasil: uma análise a partir dos livros didáticos de História**. Roraima, 2013. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/a-escravidao-no-brasil-uma-analise-apartir-dos-livros-didaticos-de-historia/114476/>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

SILVA, César Agenor Fernandes da. **O Correio Braziliense e seu projeto de civilização (1808-1822)**. 2006. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93267>>. Acesso em: 10 set. 2018.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

ZUBARAN, M. A. A invenção branca da liberdade negra: memória social da abolição em Porto Alegre. **Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 6, n. 3, p. 1-16, jul./ago./set. 2009. Disponível em: <[http://www.revistafenix.pro.br/PDF20/ARTIGO\\_3\\_DOSSIE\\_Maria\\_Angelica\\_Zubaran\\_FENIX\\_JUL\\_AGO\\_SET\\_2009.pdf](http://www.revistafenix.pro.br/PDF20/ARTIGO_3_DOSSIE_Maria_Angelica_Zubaran_FENIX_JUL_AGO_SET_2009.pdf)>. Acesso em: 01 set. 2018.

ZUBARAN, M. A. História, Acervo e Protagonismo Negro no Jornal O Exemplo (1892-1930). In: SILVA, Fernanda Oliveira da et al. (org.). **Ciclo de debates sobre o**

**jornal O Exemplo:** Temas, problemas e perspectivas. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2016.

ZUBARAN, M.A. O acervo do jornal O Exemplo (1892-1930). **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.5, n.12, p.1-15, jan./jun. 2015. Disponível em: <[Http://ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede](http://ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede)>. Acesso em: 4 ago.2018.

ZUBARAN, M. A.; VARGAS, Juliana Ribeiro de. Circulação de ideias e apropriações culturais na diáspora negra. **Comunicação Mídia e Consumo**, [s.l.], v. 12, n. 35, p.31-48, 2015. Disponível em: <<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/1054/499>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

ZUBARAN, M. A.; VIEIRA, D.M. A produção da identidade afro-brasileira no pós-abolição: Imprensa negra em Porto Alegre (1902-1910). **Revista de Iniciação Científica da ULBRA**, Canoas, v. n. 5, p. 145-156, 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/ic/article/view/1802/1295>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

## FONTES E LOCAIS DE PESQUISA

Acervo Digital: O Direito às memórias negras: Preservando o patrimônio afro-brasileiro nas coleções do jornal O Exemplo/RS (1892-1930). Disponível em: <<http://culturadigital.br/jornaloexemplo/>>

O EXEMPLO. Porto Alegre. 11 dez. 1892.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 01 jan. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 08 jan. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 22 jan. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 12 mar. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 19 mar. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 26 mar. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 02 abr. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 09 abr. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 16 abr. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 23 abr. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 30 abr. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 07 mai. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 13 mai. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 25 mai. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 28 mai. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 04 jun. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 18 jun. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 25 jun. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 02 jul. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 09 jul. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 16 jul. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 23 jul. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 30 jul. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 06 ago. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 13 ago. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 20 ago. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 27 ago. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 03 set. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 10 set. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 17 set. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 24 set. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 01 out. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 08 out. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 15 out. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 22 out. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 29 out. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 05 nov. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 15 nov. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 19 nov. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 26 nov. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 03 dez. 1893.  
 \_\_\_\_\_ . Porto Alegre. 11 dez. 1893.

\_\_\_\_\_. Porto Alegre. 17 dez.1893.  
\_\_\_\_\_. Porto Alegre. 24 dez.1893.  
\_\_\_\_\_. Porto Alegre. 01 jan.1894.  
\_\_\_\_\_. Porto Alegre. 15 jul.1894.  
\_\_\_\_\_. Porto Alegre. 30 set.1894.  
\_\_\_\_\_. Porto Alegre. 15 nov.1894.  
\_\_\_\_\_. Porto Alegre. 03 nov.1895.  
\_\_\_\_\_. Porto Alegre. 10 nov.1895.  
\_\_\_\_\_. Porto Alegre. 21 jan.1897.